



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA**

GISLAINE BARBOSA CALUMBI DA SILVA

**A CIDADE HISTÓRICA DE CACHOEIRA NA BAHIA:
ABORDAGEM MUSEOLÓGICA SOBRE PRESERVAÇÃO DO
PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO**

Salvador
2020

GISLAINE BARBOSA CALUMBI DA SILVA

**A CIDADE HISTÓRICA DE CACHOEIRA NA BAHIA:
ABORDAGEM MUSEOLÓGICA SOBRE PRESERVAÇÃO DO
PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Museologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestra em Museologia.

Orientador: Prof. Dr. Mário de Souza Chagas

Salvador
2020

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Silva, Gislaine Barbosa Calumbi da

A Cidade Histórica de Cachoeira na Bahia: Abordagem
Museológica sobre Preservação do Patrimônio Arquitetônico /
Gislaine Barbosa Calumbi da Silva. -- Salvador, 2020.

102 f.

Orientador: Mário de Souza Chagas. Dissertação (Mestrado -
Museologia) -- Universidade Federal da Bahia, Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas, 2020.

1. Sociomuseologia. 2. Cidade Histórica. 3. Cachoeira Bahia. I.
de Souza Chagas, Mário. II. Título.

GISLAINE BARBOSA CALUMBI DA SILVA

**A CIDADE HISTÓRICA DE CACHOEIRA NA BAHIA:
ABORDAGEM MUSEOLÓGICA SOBRE PRESERVAÇÃO DO
PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Museologia, Programa de Pós-Graduação em Museologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia.

Salvador, 21 de novembro de 2019.

Mario de Souza Chagas – Orientador
Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
(UERJ)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Universidade Federal da Bahia

Joseania Miranda Freitas
Pós-doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-
SP)
Universidade Federal da Bahia

Suzane Tavares de Pinho Pêpe
Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia
(UFBA)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

A VOCÊ CACHOEIRA...

Quando te contemplo oh Cachoeira
Vejo em você a tradição do passado
Sinto meu coração regozijado
Por ter sete filhos desta terra heroica
Como tu foste tão gentil para nós
Quando chegamos aqui desnorteados
Pelo teu povo fomos abraçados
E acolhido fomos logo após

Cachoeira eu quero revelar-te
E exprimir os meus sentimentos
Quando minhas vistas estendem e
contemplam
Este teu vale e a tua beleza,
Cachoeira,
Que a mão da natureza
Te concedeu uma graça infinita
No teu passado histórias tão bonita!
Tantas bravuras que te traz grandezas

Desde criança nas primeiras letras
Eu conheço o teu nome na história
E trago gravado na memória
O passado tão brilhante desta terra
Quando os caboclos desta selva
Não temeram perderem as suas vidas
Enfrentando lutas tão renhidas
Foram vitoriosos nessa guerra

Cachoeira eu te conheço bem de perto
Em você nasceu a mãe dos brasileiros
Mulher conhecida no Brasil inteiro
Que para nós tem grande valor
E os teu filhos hão de respeitar
E com carinho te cuidar

Tu és o berço de grandeza acolhedor

Ainda hoje impera o teu orgulho
Por homens ilustres que te
representam
Quando pelo destino se ausentarem
Mais nunca esquecem o berço que
nasceu
Em teus corações sempre reviveu
A saudade e o desejo de voltar
Para tuas vistas pitorescas contemplar
E rever de perto aquilo que é teu

Cachoeira, ai se eu pudesse
Dizer-te mais claro tudo que desejo
As qualidades que em você eu vejo
E o amor que te dediquei
Só em você eu encontrei
O gosto amável de uma mãe carinhosa
Nestes versinhos quero dar-te a prova
Que mesmo ausente não te esquecerei

AUTORIA: AURÉA CALUMBY (NITA)
1980

AGRADECIMENTOS

A Deus, sempre presente em tudo, a cada passo, em todas as escolhas, nas vivências, nos pensamentos, na vida como um todo.

Aos meus pais, base firme em todos os momentos.

A Gildete Calumbi, em memória, incentivadora, inspiradora, generosa e muito amada.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Museologia da UFBA, pela troca de conhecimentos, pelos exemplos, os diálogos e as experiências acadêmicas.

Ao professor Mario Chagas, pelas palavras, conversas, orientações, paciência e incentivo, agradeço imensamente a experiência.

Aos colegas do mestrado, pelas conversas.

Aos conterrâneos, povo cachoeirano, pelos diálogos enriquecedores.

Às professoras Suzane Pinho e Joseania Freitas, por aceitarem o convite para compor a banca de avaliação deste trabalho.

Ao meu esposo Anderson Souza, pelo incentivo e apoio.

Ao meu filhinho Raoní, que chegou em meio a esse processo e foi meu porto, meu descanso, meu equilíbrio.

SILVA, Gislaine Barbosa Calumbi da. A Cidade Histórica De Cachoeira Na Bahia: Abordagem Museológica Sobre Preservação do Patrimônio Arquitetônico. Orientador: Mário Chagas, 2020. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

RESUMO

O presente trabalho visa à compreensão da cidade histórica a partir de uma abordagem museológica. Especificamente afinado ao olhar da Sociomuseologia. Toma-se Histórica a cidade de Cachoeira na Bahia para estudo de caso, considerando a sua condição de Cidade e Monumento Nacional. Partindo da perspectiva contemporânea de museus enquanto instrumentos de desenvolvimento social, foi estabelecido um diálogo com moradores da cidade, divididos em dois grupos: os residentes do centro da cidade e os do bairro Tororó, no intuito de entender as suas percepções enquanto parte integrante do cotidiano de uma cidade preservada. A pesquisa constata a complexidade que caracteriza a preservação de núcleos urbanos de valor patrimonial e entende a necessidade de intervenção e criação de ações museológicas no contexto da cidade histórica. Como resultado, defende-se uma Museologia na cidade enquanto processo continuado.

Palavras-Chave: cidade histórica, sociomuseologia, patrimônio, Cachoeira-Ba

SILVA, Gislaine Barbosa Calumbi da. The Historic City Of Cachoeira In Bahia: Museological Approach about Preserving Architectural Heritage. Thesis Advisor: Mário Chagas, 2020. Master Dissertation – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

ABSTRACT

This work aims to understand the historical city from a museological approach. Specifically attuned to the sight of Social Museology. The historical city of Cachoeira - Bahia was choice for case study, considering its condition of City and National Monument. From the contemporary perspective of museums as instruments of social development, a dialogue was established with the population of Cachoeira, delimited in two groups: the residents of the city center and the residents of the Tororó neighborhood, in order to understand their perceptions as an integral part of the daily life of a preserved city. The research finds the complexity that characterizes the preservation of urban centers of heritage value and understands the need for intervention and creation of museological actions in the context of the historic city. As a result Museology in the city is defended as a continuous process.

KEY WORDS: historical city, sociomuseology, heritage, Cachoeira-Ba

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Bahia	42
Figura 2 – Cachoeira Perímetro Urbano Central	48
Figura 3 – Ponte D. Pedro II	48
Figura 4 – Jornal "A Cachoeira", 05/07/1972.....	52
Figura 5 – Primeiro Passo Para A Independência – Óleo Sobre Tela Antônio Parreiras – Atualmente Sob A Guarda Do Palácio Rio Branco, Salvador Ba.....	53
Figura 6 - Política Municipal de Cultura de Cachoeira.....	66
Figura 7 – Página em Rede Social	67
Figura 8 – Cartaz de Divulgação	68
Figura 9 – Áreas	72
Figura 10 – Tororó.....	74
Figura 11 – Tororó 2.....	74
Figura 12 – Tororó 3.....	75
Figura 13 - Centro 1 - Rua 25 De Junho	79
Figura 14 – Centro 2 - Praça Da Aclamação.....	80
Figura 15 – Centro 3 - Rua 13 De Maio.....	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAHL – Centro de Artes, Humanidades e Letras

DPAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOM – Conselho Internacional de Museus

ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios

ICOFOM – Comitê Internacional para a Museologia

IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia

PCH – Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 A CIDADE: PLURALIDADE DE CONCEITOS E SEUS ENTRECruzAMENTOS....	16
1.1 A CIDADE	16
1.2 ASPECTOS VISUAIS DA CIDADE: A IMAGINABILIDADE	22
1.3 A CIDADE HISTÓRICA	24
1.4 MEMÓRIA SOCIAL, PATRIMÔNIO E REPRESENTAÇÃO NO ESPAÇO URBANO	26
1.5 MUSEUS E MUSEOLOGIA: OLHARES POSSÍVEIS SOBRE O ESPAÇO URBANO E AS PESSOAS.....	33
2 A CIDADE DE CACHOEIRA NA BAHIA	42
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	42
2.2 A CONSTRUÇÃO DE CACHOEIRA COMO CIDADE HISTÓRICA	49
2.3 A FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES EM CACHOEIRA	55
2.4 A GESTÃO MUNICIPAL E A CIDADE HISTÓRICA	65
2.5 O CACHOEIRANO E O PATRIMÔNIO CULTURAL	71
3 VIVER NA CIDADE HISTÓRICA	73
3.1 O BAIRRO TORORÓ	73
3.2 O CENTRO	79
3.3 A MUSEOLOGIA NA CIDADE	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
APENDICE	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Habitar numa cidade histórica é uma experiência singular, quando em comparação a outros lugares. Não que esses outros lugares não tenham suas singularidades. Poderia se dizer que o próprio ato de habitar, ou ainda o de existir, seja composto de particularidades a envolver cada ser, e logicamente cada grupo de seres.

Mas essa singularidade peculiar à cidade histórica esbarra num conjunto de semelhanças e pluralidades quando se compara cidades históricas entre si. Basta unir um número “x” de cidades históricas brasileiras – a exemplo de Cachoeira-Ba, Ouro Preto-MG, Paraty-RJ, Laranjeiras-Se, Paranapiacaba-SP, dentre outras – e há de esbater suas semelhanças. Momento áureo, marcos heroicos, lutas, crise, abandono, evasão de jovens, esvaziamento da cidade, tombamento, conflitos, identidades, etc. Não que isso seja um ponto fixo, mas de modo geral costuma envolver o trajeto desses lugares.

A pretensão em realizar este trabalho parte de experiências pessoais muito recorrentes ao longo da vida, os saudosismos das pessoas quanto à história local, as expectativas sobre o desenvolvimento e as problemáticas acerca das restrições sobre reformas públicas e privadas sempre foram constantes e se apresentavam como uma realidade que instiga um entendimento mais detalhado. A inserção no universo da Museologia, todo o aparato teórico e suas ferramentas contemporâneas de atuação permitiram delinear caminhos possíveis de análise dessa realidade tão marcante. Assim, na condição de filha da terra, cidadã, moradora do centro tombado, estudante e profissional da Museologia, foi inevitável transitar nos espaços coletivos de Cachoeira sem exercer a percepção dos aspectos museológicos emergentes dessa realidade. Nesse quesito, a menção a esses aspectos está basicamente em acordo com o conceito de “fato museal” elaborado por Waldisa Rússio, e conseqüentemente, a todas as lógicas que envolvem o entendimento desse universo patrimonial que exala uma soma de “fatos museais”. A cidade histórica é um laboratório para a museologia, e Cachoeira é o laboratório dessa pesquisa.

Inicialmente visando desenvolver uma interpretação da cidade de Cachoeira, enquanto cidade histórica, e observar aspectos sobre a ênfase dada ao patrimônio arquitetônico nos primeiros momentos de tombamento, a pesquisa pretendia

desenvolver um entendimento, poderia se dizer um pré-diagnóstico, que pudesse ser um suporte para uma gestão museológica da cidade histórica. Essa proposta de uma “gestão museológica da cidade”, sob competência do município, foi defendida inicialmente no trabalho de conclusão de curso para obtenção do grau de bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, sob a orientação da professora Ms.^a Cristina Ferreira, que ministrou o componente curricular “Interpretação dos centros históricos” no qual potencializou o interesse pela temática.

Depois, já no seio deste Programa de Pós-Graduação em Museologia, da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação do professor Mário Chagas, e os aportes dos componentes curriculares cursados, a intensificação das leituras, os diálogos, o amadurecimento acadêmico permitiram compreender quais caminhos seguir em direção à interpretação da cidade histórica.

O problema principal da pesquisa concentrou-se no exame da percepção das pessoas, um recorte da sociedade cachoeirana. Afinal, este grupamento humano sente-se (ou não) representado pelo e no patrimônio cultural legalmente protegido em que habitam? E para delimitar esse objeto de estudo, considerando a amplitude desse universo patrimonial, não é a intenção neste trabalho tratar sobre descrições, inventários ou mapeamento dos bens materiais e imateriais. O enfoque na questão arquitetônica se dá exatamente pelo fato de ser o elemento que aparece de forma quase que automática quando se fala sobre essa realidade, vale salientar que o entendimento aqui posto sobre o conceito de patrimônio, e mais especificamente sobre o patrimônio arquitetônico, não está baseado numa ideia fixada aos estilos arquitetônicos, artísticos e as características intrínsecas do edifício. O patrimônio arquitetônico aqui tratado tem como foco o alargamento da noção de patrimônio que inclui todo entorno e não está dissociado dos aspectos culturais que o formam, informam e conformam.

A princípio é comum a ideia de que a preservação de núcleos urbanos de valor patrimonial legitima a sua função social, valoriza a memória coletiva e as identidades, promove a inclusão e garante às futuras gerações esse legado. Daí o problema da pesquisa, mencionado acima, será que a sociedade cachoeirana se vê representada por esse patrimônio cultural legalmente protegido? Sem acolher o objetivo de apresentar uma resposta definitiva para este problema, foi delineada uma investigação científica que leva em consideração a hipótese de que a preservação dos núcleos urbanos permite o acesso aos bens de valor patrimonial, vestígios do

passado, símbolos da identidade e memória. No entanto, a pesquisa também considera que a função social do patrimônio cultural é frequentemente percebida, de modo fragmentado, possivelmente, devido à dificuldade de diálogo entre a gestão do patrimônio e a sociedade. Essa dificuldade pode ser lida, no âmbito desta pesquisa, nos diálogos estabelecidos com os grupos entrevistados. Este aspecto não é secundário: é possível dizer que, ao longo da pesquisa, ele se configurou como a principal causa das críticas e problemas expressos nas falas dos entrevistados.

A pesquisa tem natureza aplicada. Do ponto de vista dos objetivos é uma pesquisa exploratória na qual foram utilizadas referências bibliográficas e estudo de caso. Para fins metodológicos, foram escolhidos dois grupos da sociedade cachoeirana, divididos com base no recorte territorial habitado, são eles: os moradores do centro¹ histórico tombado e os moradores do bairro Tororó (uma localidade relativamente próxima ao centro, porém constituído de casas mais recentes, onde não há edifícios tombados). A forma de abordagem do problema se deu através da pesquisa qualitativa a fim de acessar o máximo de informações resultantes da opinião de cada indivíduo entrevistado, colhendo assim um bom índice de dados.

Assim, a pesquisa foi realizada tendo a cidade de Cachoeira como um verdadeiro laboratório para análise do objeto de estudo. A problematização museológica buscou alcançar a aproximação entre patrimônio arquitetônico e comunidade a partir de um entendimento sobre as questões que os envolve, sobretudo os conflitos, observando a interação entre indivíduos e território, ou mais amplamente a vida humana imersa em sua coletividade sobre um complexo território. Para isso, o marco teórico é erigido sob os pressupostos norteadores da Sociomuseologia ou da Museologia Social. Neste quesito, a presente pesquisa considera, ainda que provisoriamente, que há uma relação de sinonímia entre a Museologia Social e a Sociomuseologia. Esta consideração está em concordância com Mário Chagas e Inês Gouveia (2014, p. 16) que apontam para o fato de não existirem estudos suficientemente claros e amadurecidos para o estabelecimento de distinções entre estas duas expressões.

O diálogo estabelecido com os moradores e moradoras da conhecida “Cidade Histórica e Monumento Nacional”, consistiu numa busca minuciosa de

¹ Que envolve as ruas Rui Barbosa, Barão do Rio Branco, Virgílio Damásio e 13 de Março.

registrar a opinião popular sobre a preservação do patrimônio local, suas reclamações e concordâncias, seus entendimentos acerca das ações em prol da cultura local, e também, quais elementos simbólicos constituem o imaginário de cidade².

A presente dissertação está composta por três capítulos. O primeiro intitulado “A cidade: pluralidade de conceitos e seus entrecruzamentos” tem como foco uma reflexão sobre a cidade enquanto um fenômeno social e produto exclusivamente humano. Para esse momento tem-se uma revisão da produção teórica de estudiosos que se debruçaram sobre o estudo das cidades, os conceitos que compõem a temática e a abordagem sobre a museologia contemporânea. O capítulo está dividido em cinco partes, iniciando com a reflexão sobre a cidade e trabalhando a tentativa de definições por parte alguns autores. Em seguida é apresentada a discussão em torno dos aspectos que formam o imaginário de cidade, englobando os usos da imaginação e da memória. A cidade histórica é analisada, os debates em torno desta, como ela surge e os seus significados. Consequentemente é abordada a memória social, o patrimônio cultural e as representações no espaço urbano. Concluindo o capítulo tem-se uma apresentação de alguns dos debates da museologia contemporânea, a abordagem acerca de seus objetos, seu comprometimento com diversas questões em torno do social, a configuração em torno da Nova Museologia e alguns diálogos sobre a Sociomuseologia.

O capítulo seguinte intitulado “A cidade de Cachoeira na Bahia” apresenta e contextualiza a cidade de Cachoeira, sua formação, a construção de um imaginário popular sobre a sua relevância para a história oficial e o reconhecimento dos órgãos de preservação acerca de seu patrimônio cultural. Nesse momento foram registradas informações sobre algumas iniciativas da gestão municipal sobre o perfil museológico da cidade.

O terceiro capítulo, por sua vez, intitulado “Viver Na Cidade Histórica” traz o diálogo com os grupos entrevistados, suas vivências, interpretações e opiniões sobre a cidade. A partir desses dados, propõe-se uma reflexão sobre o papel da

²A palavra cidade nesse contexto faz referência a ideia de cidade atrelada a noção de sociedade que a compõe, considerando o ser humano inserido em sua coletividade. A noção apresentada por Leonardo Benévolo (1984) entende também a existência de uma outra noção de cidade, vinculada ao seu cenário físico. Esta reflexão será abordada no capítulo 1 deste trabalho.

museologia na cidade enquanto um processo continuado e a musealização territorial como um recurso para o desenvolvimento social.

1. A CIDADE: PLURALIDADE DE CONCEITOS E SEUS ENTRECruzAMENTOS

A cidade que conhecemos é marcadamente aquela em que vivemos. Os primeiros passos, os contatos que estabelecemos com a natureza e com as outras pessoas, tudo o que ao longo do tempo forma a nossa compreensão de lugar. Imaginamos a cidade a todo tempo, criando imagens mentais que formam a memória, construímos o imaginário que nos acompanha ao longo da vida. Há uma infinidade de experiências concretas e abstratas que compõem cada trajetória individual e coletiva. Observada dessa forma a cidade é constituída de universos particulares compartilhados. Produto exclusivamente humano, elas carregam os sentidos de toda a complexidade deste ser.

Enquanto objeto de estudo a cidade não é um tema novo, muitos autores já se debruçaram sobre sua análise, o que resulta numa extensa produção teórica a seu respeito. Há propostas de uma ciência urbana no seio das ciências humanas, não restrita às técnicas de construção e organização, mas disso tratar-se-á aqui nas linhas que seguem. Por ora, esse imaginário de cidade vem a ser abordado neste momento enquanto campo introdutório, embasando a abordagem teórica e a proposta de intervenção na realidade estudada.

1.1 A CIDADE

Pensar a cidade enquanto objeto de estudo demanda um esforço em abordar a pluralidade de conceitos e seus entrecruzamentos neste cenário onde as relações sociais se processam. Longe de pretender abraçar esse gigante, a proposta aqui, neste momento, consiste em compreender a cidade, no âmbito de uma abordagem conceitual, partindo de interpretações que traçam os caminhos para o entendimento de aspectos que a permeiam, especialmente aqueles relacionados à existência humana e sua relação com o meio, o que inevitavelmente culmina num olhar sobre memória social, patrimônio e representações.

A cidade comunica os diferentes modos de utilização do solo através do tempo, os meandros pelos quais a trajetória histórica se deu e configurou determinada sociedade, o que foi preservado e por que o foi.

Num olhar inicial sobre a cidade é possível notá-la enquanto produto humano coletivo que comporta todos os detalhes e características de sua sociedade: a arquitetura, os artefatos, as crenças, a indumentária, a comida, a música, os saberes, os jeitos, os gestos, as divergências, dentre outros. Tudo o que for fruto da existência humana em sua relação com o meio ambiente e com o meio social está comportado ali, na cidade. E por isso ela é tão interessante a ser observá-la.

E o ângulo de observação a que este estudo é dedicado parte primeiramente da compreensão da cidade enquanto espaço de entrelaçamento das identidades, de convívio entre as igualdades e as diferenças, de pertencimentos e de disputas, refletidos em seu patrimônio cultural. A partir dessa compreensão será possível determinar a contribuição da Museologia enquanto área do conhecimento dedicada aos estudos – teóricos e práticos – sobre preservação³ e sua aplicabilidade nas sociedades.

A cidade pode ser pensada a partir de seu aspecto físico, material, palpável. Sua imagem, seus traços, os usos do solo, sua arquitetura, todo o desenho da cidade estão inevitavelmente atrelados à sua perspectiva abstrata, à sociedade que a forma, à imagem e às memórias que ela sucinta. Para o arquiteto e urbanista italiano Leonardo Benévolo, no entanto, é possível pensar a cidade a partir de duas noções:

A palavra cidade é adotada em dois sentidos para indicar uma organização da sociedade concentrada e integrada, que começa há cinco mil anos no Próximo Oriente e que desde então se identifica com a sociedade civil; ou então para indicar o cenário físico desta sociedade. A distinção é importante pelo motivo prático que o cenário físico de uma sociedade é mais duradouro do que a própria sociedade e pode ainda encontrar-se – reduzido a ruínas ou em pleno funcionamento – quando a sociedade que o produziu já há muito desapareceu. (BENÉVOLO, 1984, p. 15).

Na perspectiva de Benévolo, falar em cidade significa abordar duas noções. Uma delas, a noção vinculada à sociedade, o ser humano inserido em sua

³ Importante observar que esses estudos sobre preservação aqui mencionados se referem a todas as ações diretamente relacionadas – conservação preventiva, restauro, documentação museológica, educação patrimonial, registro, tombamento, dentre outros.

coletividade, descrito pelo autor como “organização da sociedade concentrada e integrada”, faz referência a aspectos abstratos. Por outro lado, a outra noção está vinculada ao seu espaço físico, refere-se ao resultado da interferência humana sobre o ambiente natural, o espaço que ocupa tem como característica a existência de modos particulares de fazê-lo.

Benévolo (1984, p.19) prossegue a explicação sobre essas duas noções dizendo que “o esqueleto do dinossauro é uma parte física do dinossauro inteiro, ao passo que o cenário urbano é um apetrecho do corpo social, a ele ligado por relações funcionais menos diretas e mais complicadas”. O cenário urbano posto por Benévolo nessa afirmação faz referência ao cenário material da cidade, assim como o esqueleto do dinossauro é a sua parte palpável preservada ao longo do tempo, e que permitiu aos homens entender estes testemunhos como objetos de estudos sobre algo maior – a vida de um ser hoje extinto. Do mesmo modo, os testemunhos materiais das sociedades são visualizados como objetos de estudos sobre grupos humanos num tempo e num espaço. Enquanto objetos de estudos, não é viável compreendê-los dissociados de sua imaterialidade – do “dinossauro inteiro” –, sendo divididos enquanto categorias material e imaterial apenas para nível de utilização técnica de classificação e gestão.

Nessa perspectiva, olhar a cidade, o desenho urbano, o patrimônio arquitetônico ali existente, não significa ver apenas a matéria, mas também a imaterialidade que comporta.

Nesse sentido, o de entender a cidade através da arquitetura, Aldo Rossi (1966), por sua vez, construiu conceitos e reflexões que o permitiu pensar na ideia de “fato urbano” e numa “teoria da cidade”. Entendendo a cidade como a coisa humana por excelência, Rossi observa a arquitetura como parte integrante do ser humano, um fator permanente, universal e necessário, construindo-se ao longo do tempo. Em suas palavras:

A arquitetura é a cena fixa das vicissitudes do homem, carregada de sentimentos de gerações, de acontecimentos públicos, de tragédias privadas, de fatos novos e antigos. O elemento coletivo e o elemento privado, sociedade e indivíduo, contrapõem-se e confundem-se na cidade, que é feita de inúmeros pequenos seres que procuram uma acomodação e, junto com ela, formando um todo com ela, um seu pequeno ambiente mais adequado ao ambiente geral. (ROSSI, 1966, p. 03).

A análise de Rossi está fundamentada numa compreensão da cidade a partir do conceito de “fato urbano”, referente às partes da cidade que a formam – casarões, igrejas, praças, residências, etc. – divididos entre a esfera pública e a privada.

Vinculada às ciências humanas, a ciência urbana é encarada como possuidora de autonomia, inserindo-se, de acordo a Rossi, como um possível capítulo da história da cultura, porém não se limitando ao estudo histórico, mas exigindo também uma atenção ao estudo das permanências.

A análise desenvolvida por Rossi relaciona o “fato urbano” com os seguintes temas influenciadores na qualidade do espaço: a individualidade, o “*locus*”, o desenho e a memória.

Rossi constrói uma abordagem ampla, apontando várias características da cidade, a divide, a interpreta minuciosamente, constata seus problemas e características que possam servir de base para a proposição de métodos para sua pesquisa. Dentre outras interpretações, Rossi admite a existência de uma semelhança no seio da natureza dos fatos urbanos e a obra de arte, nas palavras dele:

A questão da cidade como obra de arte, porém, foi colocada de modo explícito e científico sobretudo através da concepção da natureza dos fatos coletivos, e considero que qualquer pesquisa urbana não pode ignorar esse aspecto do problema. Como os fatos urbanos são relacionáveis com as obras de arte? Todas as grandes manifestações da vida social têm em comum com a obra de arte o fato de nascerem da vida inconsciente; esse nível é coletivo no primeiro caso, individual no segundo, mas a diferença é secundária, porque umas são produzidas pelo público, as outras para o público; mas é precisamente o público que lhes fornece um denominador comum. (ROSSI, 1966, p.19).

Nesse sentido, faz parte do fato urbano as características da memória coletiva e da imaginação, reafirmando a condição da cidade enquanto artefato.

Essa similaridade entre a cidade e a obra de arte também é alvo de análise de Giulio Carlo Argan (2005) quando reflete sobre a existência da cidade ideal⁴ e a cidade real. Aquela seria um ponto de referência para medir os problemas desta.

⁴A cidade ideal para Argan sempre existe, por vezes “dentro ou sob a cidade real, distinta desta como o mundo do pensamento o é do mundo dos fatos” (ARGAN, 2005, p.73)

Essa cidade ideal inclusive permite justificar os centros históricos, como ele mesmo argumenta:

Exatamente isso, acredito eu, explica a não-continuidade de desenvolvimento entre as cidades históricas e as cidades modernas, entre cidades pré-industriais e cidades industriais ou pós-industriais. E é esta ruptura de continuidade ou a impossibilidade de desenvolvimento que gera a artificiosa concentração da historicidade intrínseca da cidade no núcleo antigo, dando-se assim por aceito que este é, por definição, histórico, do mesmo modo que o moderno – e Maltese já sublinhou isso –, em sua realidade e atualidade, seria por definição não-histórico ou mesmo anti-histórico. (ARGAN, 2005, p. 74).

A cidade ideal faz referência a valores. O que Argan descreve como “valor de qualidade” característico destes lugares. Com o olhar direcionado à História da Arte, ele entende que a cidade é um produto artístico em si, sendo o suporte para as manifestações artísticas. Sobre a preservação da cidade histórica, Argan também a visualiza como passível de ser vista como um museu, ainda que se trate de cidades modernas.

Existem algumas características comuns entre a cidade e o museu, em nível de interpretação dos sentidos que ambos comunicam. A cidade, independentemente de épocas e grupos específicos, tem um ponto comum que marca sua existência, que é a representatividade e a documentalidade que carrega. Por esse motivo, torna possível interpretar e conhecer a sociedade que a construiu.

A comparação ao museu surge no sentido de se pensar a posse de objetos, de cunho documental e simbólico, selecionados em meio a outros tantos, para servirem como representantes de um dado grupo e/ou uma dada sociedade. Para um melhor entendimento desse paralelo entre cidade e museu pensemos na figura do observador, que no museu é definido como o visitante ⁵.

Nessa mesma linha de reflexão, Zita Possamai (2007), no artigo intitulado “Metáforas visuais da cidade” compara o visitante do museu ao *flâneur*⁶ da cidade, destacando a semelhança destes:

⁵O visitante do museu enquanto observador não se esgota nessa função. É sabido que a participação do visitante junto ao museu deve se dar de forma ativa, num processo de troca contínua. Ainda assim, entende-se aqui que o ato de observar o universo patrimonial ali contido é parte integrante desse processo.

⁶ O termo *flâneur* tem origem francesa e significa "preguiçoso", "vagabundo", "vadio". Charles Baudelaire utiliza-se do termo para referir-se ao artista de “mente independente”, desenvolveu um

A cidade também lembra o museu quando se percorre suas ruas, subidas, descidas, túneis e passarelas, traçando um percurso mais ou menos definido. O *flâneur* da cidade é o visitante do museu. O primeiro percorre uma cidade material, escrita nas ruas, nas calçadas e em pedra e imagina uma cidade de sonho, ilusória, passível de ainda existir, mesmo que em devaneio ou utopia. O visitante do museu percorre a materialidade dos objetos e imagens expostos. Não lhe é permitido sentir através do tato a dureza da pedra, a leveza da seda, a secura do papel, a deterioração da madeira. Mas ele pode, tal como o *flâneur*, dar asas a sua imaginação e sonhar com as cidades e tempos que um dia existiram. O visitante do museu e o *flâneur* estão mais ligados do que imaginam. (POSSAMAI, 2007, p. 07).

Assim, visualizada de modo contemplativo, a cidade para o *flâneur* é o lugar onde estão postos todos os elementos capazes de o fazer pensar a existência humana, com suas imagens reais, palpáveis, e suas imagens simbólicas, ligadas aos valores e ressignificação do local habitado e das relações sociais estabelecidas no tempo e no espaço.

Numa via semelhante de interpretação, temos o museu, que é uma instituição destinada a guardar um conjunto de objetos símbolos que são fontes documentais sobre a sociedade a qual fazem referência. É objetivo do museu o despertar dessa reflexão e dessa contemplação característicos do *flâneur* da cidade, e para isso ele é gerido por profissionais que intencionalmente tratam o seu acervo, desenvolvendo atividades técnicas direcionadas ao acondicionamento, preservação, pesquisa, conservação, documentação, comunicação e ação educativa.

A contemplação, a informação, o entendimento e a interpretação são pontos similares entre o visitante e o *flâneur*, postos diante um recorte simbólico de um universo específico, a ser apreendido por meio dos sentidos⁷.

De certo, existem muito mais similaridades presentes na relação *flâneur*/visitante com cidade histórica e museu. Neste último, a relevância da participação do visitante no processo de construção dos discursos museais, da

significado para flâneur de "uma pessoa que anda pela cidade a fim de experimentá-la". Walter Benjamin relaciona o flâneur à modernidade, ao cosmopolitismo, ao urbanismo e às metrópoles.

⁷Trazendo essa comparação para a realidade atual, cidade, diferentemente da maioria dos museus, ainda não é alvo de uma política de gestão museológica direcionada a um conjunto de ações específicas que visem um melhor aproveitamento de seu potencial museológico.

utilização destes espaços e na representatividade ali existente é dado a partir do contato e da comunicação.

De modo similar, é dada a relação entre o indivíduo e o cenário urbano, o seu olhar sobre o entorno, a sua percepção, a identificação e a construção de relações com o lugar por meio de experiências ali estabelecidas. É importante mencionar que o conceito de espaço e de lugar estão baseados em explicações distintas que serão abordadas no próximo tópico, mas antes pensemos nessas experiências visuais da cidade.

Nesse quesito, Giulio Carlo Argan (2005) aborda, dentre outras questões, o conceito de valor – o valor estético da cidade enquanto espaço visual – leva em conta que não é o valor em si, mas a atribuição do valor. Essa atribuição, sendo uma ação dada pelo homem, permite pensar que a este diz respeito. Logo, não se trata de coisas, mas de pessoas. Seguindo essa lógica ele defende que “o valor de uma cidade é o que lhe é atribuído por toda a comunidade” (ARGAN, 2005, p. 228). Assim, o passado nos é legado carregado de imagens que formam o conhecimento a seu respeito – o imaginário.

1.2 ASPECTOS VISUAIS DA CIDADE: A IMAGINABILIDADE

O aspecto visual da cidade é tratado na teoria do urbanismo por meio do conceito de imaginabilidade, que faz referência à evocação da imaginação e memória. A existência dessa imaginabilidade da cidade convida os habitantes a observarem e interpretarem mais ativamente seus elementos, constituídos de identidade e sentimento de pertencimento. Nessa perspectiva de imagem do espaço urbano, as abordagens de Kevin Lynch⁸ são tidas como uma referência para a pesquisa acerca da relação entre o homem e a percepção da imagem urbana, sua qualidade visual. Em suas palavras:

A cada instante, há mais do que o olho pode ver, mais do que o ouvido pode perceber, um cenário ou uma paisagem esperando para serem explorados. Nada é vivenciado em si mesmo, mas sempre em relação aos seus arredores, às sequências de elementos que a ele

⁸ Arquiteto Urbanista e teórico estadunidense (Illinois, 1918-1984), autor do livro intitulado “A imagem da cidade”.

conduzem, à lembranças de experiências passadas. Transposta para os campos de uma fazenda, a Rua Washington poderia assemelhar-se à rua comercial do coração de Boston, mas ainda assim pareceria profundamente diferente do que é. **Cada cidadão tem vastas associações com alguma parte de sua cidade, e a imagem de cada um está impregnada de lembranças e significados.** [Grifo nosso]. (LYNCH, 1960, p. 01).

Essa análise de Lynch, a iniciar todo um estudo acerca da capacidade do objeto evocar sobre o observador uma imagem, resultante de uma relação existente entre ambos, nos dá uma contribuição de fundamental importância para a análise a ser instituída nos capítulos a seguir. Cada cidadão e suas percepções sobre a cidade analisada, percepções estas compostas por associações resultantes de suas experiências, suas lembranças, o valor e significado dessas memórias. Assim, ainda que possa parecer óbvio, torna-se necessário reafirmar que essas pessoas que compõem a cidade não estão presentes no contexto de forma passiva ou neutra. De acordo a Lynch:

Os elementos móveis de uma cidade, em especial as pessoas e suas atividades, são tão importantes quanto as partes físicas estacionárias. Não somos meros observadores desse espetáculo mas parte dele; compartilhamos o mesmo palco com os outros participantes. Na maioria das vezes, nossa percepção da cidade não é abrangente, mas antes parcial, fragmentária, misturada com considerações de outra natureza. Quase todos os sentidos estão em operação, e a imagem é uma combinação de todos eles. (LYNCH, 1960, p. 01).

Assim, enquanto elementos componentes da paisagem, os indivíduos ali presentes estão dotados de qualidades que afetam diretamente sobre o todo. A imaginabilidade a qual aborda, tem a ver com os elementos físicos presentes na cidade – como os bairros, as vias e os limites, por exemplo – e também suas influências histórico-sociais, sua identidade e significados. Em resumo, a cidade é vista enquanto espaço que possui sua materialidade e organização, mas também se configura a partir de um caráter social e simbólico.

Os núcleos legitimados pela historicidade acabam por adquirir significância que justifica a preservação e o poder sobre a propriedade privada, abarcando os conflitos resultantes disso. A dificuldade de estabelecimento de diálogos entre sociedade e os órgãos de preservação intensifica as problemáticas existentes entre

os habitantes desses núcleos e os métodos estabelecidos para a manutenção destes espaços.

Assim como a cidade ideal e a cidade real posta por Argan, aquelas referências simbólicas argumentadas pelos teóricos se chocam com as demandas estruturais, sociais, econômicas e burocráticas presentes em todo esse contexto. Especialmente em contextos de crise política, momento em que a sociedade se dispõe a repensar suas instituições.

Viver numa cidade histórica é habitar a figura do *flâneur* num dia, ao tempo em que não há como ser esse *flâneur* a todo instante. A cidade moderna chama, atrai, propõe melhores condições de sobrevivência. Daí ser muito comum haver famílias que se mudam em busca de oportunidades, muitas vezes sem perder o vínculo com a cidade.

1.3 A CIDADE HISTÓRICA

O fenômeno da cidade histórica, ou do centro histórico da cidade, no caso das metrópoles, tem em sua terminologia uma característica passível de indagação: - Todo e qualquer feito humano é histórico, as cidades modernas também são históricas, logo, por que cidade histórica?

Paulo Peixoto propõe uma reflexão:

Na verdade, quanto mais nítidos são os indicadores de transformação, mais acentuada parece ser a sensibilidade suscitada relativamente à urbanidade, aos signos que a tipificam e a uma ideia abstrata de patrimônio que os 'centros históricos' parecem reificar. Quanto mais rápida e acentuada são as mudanças, e mais visíveis e reais se tornam os efeitos da urbanização, maiores são a sensação de perda e a tentação para imaginar um passado harmonioso que, supostamente, se teria desenrolado nos "centros históricos". (PEIXOTO, 2003, p. 212-213).

De fato, os centros históricos estão mergulhados a todo o tempo nessa ideia e sensação de um passado não esquecido, como um remédio a essa sensação de perda mencionada por Peixoto. Como uma raiz que sustenta a justificativa cronológica dos processos de desenvolvimento das tecnologias e ampliação da ocupação do solo com o crescimento populacional, o centro histórico se constitui um

documento, um testemunho. Assim como um museu, seus edifícios, o traçado das ruas e paisagismos que formam o entorno passam a ser encarados como objetos signos.

O uso do termo histórico convém a todos os espaços urbanos existentes. Mas a ênfase em aplicar o termo às cidades preservadas foi dada pelos organismos ligados à preservação de bens culturais que utilizaram o termo com intuito de denominar as áreas consideradas patrimônio. Nessa perspectiva, a cidade histórica prevê preservação e continuidade, fala sobre a sociedade, ancora a sua memória coletiva, comunica discursos. Mas essa percepção sobre os conjuntos urbanos tem suas bases num período em que a ideia de modernização direciona ao processo de destruição de áreas urbanas. O efeito da perda faz surgir questionamentos acerca do que está sendo apagado.

O surgimento do entendimento acerca das áreas urbanas enquanto detentoras de valor patrimonial está vinculado ao século XIX, sob o processo de modernização das cidades, o desenvolvimento do Urbanismo enquanto disciplina, suas preocupações com as cidades modernizadas e as grandes reformas urbanas ocorridas em vários lugares do mundo. A preocupação com a saúde pública justificava a destruição de áreas urbanas que, até aquele momento, ainda não eram visualizadas numa ótica de valor de patrimônio. Françoise Choay explica que até certo momento:

(...) a cidade não existe como objeto patrimonial autônomo. Os velhos quarteirões, eles só os veem como obstáculos à salubridade, ao trânsito, à contemplação dos monumentos do passado, que é preciso desobstruir. (CHOAY, 2006, p. 176).

É a esse momento e empenhado nesse ideal de modernização que, segundo Choay, está atrelado o surgimento da noção de patrimônio urbano histórico. Nesse ponto, tem-se o protagonismo do escritor, crítico de arte e poeta britânico John Ruskin⁹ (1819-1900), chamando a atenção para os efeitos negativos das intervenções urbanas, considerando a textura das cidades enquanto objeto patrimonial que precisava ser preservado. O período em que vivera Ruskin estava imerso numa dicotomia entre os costumes de uma sociedade pré-industrial e a

⁹ Suas ideias adquiriram maior repercussão no ano de 1849 através do livro *The Seven Lamps of Architecture* (2) – lançado cinco anos antes do primeiro tomo do *Dictionnaire* de Viollet-le-Duc

influência da Revolução Industrial que gradativamente roubara a cena. Ruskin defendia a conservação dos conjuntos urbanos, entendendo a importância de preservar não apenas o que a sociedade pensou, mas o que contemplou. Mais do que a favor da preservação dos conjuntos urbanos, Ruskin se opunha a todos os efeitos da era modernização.

O arquiteto francês Eugène Viollet-le-Duc, por sua vez, voltado para a arquitetura monumental, teve destaque em pensar a intervenção sobre os monumentos históricos. Diferente de Ruskin, ele acreditava na intervenção sobre as obras da arquitetura de modo a dar-lhes o acabamento não atingido em sua trajetória histórica.

Com visão contrária a Ruskin, o arquiteto e historiador Camilo Sitte (1843-1903) compreende o valor histórico da cidade pré-industrial, mas a vê como obsoleta diante do momento que se sucede. Ainda segundo Choay, Sitte questiona a ausência de qualidade estética da cidade moderna e, diferentemente de Ruskin, “faz-se acompanhar de uma tomada de consciência aguda das dimensões técnicas, econômicas e sociais da transformação operada pela sociedade industrial” (CHOAY, 2006, p.183).

Esses estudiosos deram as bases para diversos estudos sobre os monumentos e seu caráter histórico. Obviamente, tanto Ruskin quanto Le-Duc traziam um caráter radical defendendo tanto a não intervenção sobre o monumento – levando-o à ruína – quanto a intervenção total a atingir uma originalidade de projeto. Mesmo assim, permitiu-se pensar os monumentos bem como a preservação, a conservação e a restauração destes.

1.4 MEMÓRIA SOCIAL, PATRIMÔNIO E REPRESENTAÇÕES NO ESPAÇO URBANO

A interpretação do espaço urbano constrói-se numa conexão constante com a memória. Sobre essa temática, não poderia deixar de citar o trabalho de Walter Benjamin, autor de várias produções sobre o fenômeno da grande cidade. Dentre seus escritos, o trabalho intitulado *Infância Berlimense* traz uma ampla percepção sobre a memória, a cultura e o patrimônio, a partir de um olhar sensível. Trata sobre a cidade de Berlim, em 1933, momento em que os nazistas conquistam o poder. O

texto é uma proposta de preservar a memória de uma cidade que naquele momento entrara num processo de destruição e esquecimento. Descrevendo sobre o universo mais particular, com alguns momentos de contato com o coletivo, Benjamin trabalha contextos de modo a formar uma relação dinâmica entre passado e presente, percebendo-se num aspecto visual da cidade a partir da descrição dos gestos, dos sons do cotidiano, dos movimentos e de vários elementos contidos na realidade e que são efêmeros.

A lembrança da criança de Walter Benjamin relata a criança que agora imagina aquele microcosmo. Daí a relação próxima entre memória e o aspecto visual do entorno. Vale considerar que todos os sentidos estão envolvidos. É nessa capacidade de auto percepção perante a realidade, num espaço-tempo determinado, acrescido de aportes que permitem a visualização macro, que faz o indivíduo consciente de si e, conseqüentemente, de sua posição perante o todo.

Os objetos que sobrevivem ao tempo são documentos capazes de reavivar as memórias de quem viveu o período ao qual ele refere, além de ter um potencial forte de instigar a curiosidade de outras gerações e povos a querer descobrir o que os objetos têm a dizer. As sociedades dão lugar a outras sociedades, o que sobrevive é aquilo que fica de seus feitos.

A memória é um fator fundamental na construção da identidade. Essa memória compõe-se das experiências individuais atreladas às experiências coletivas, um panorama que envolve fatos marcantes de ordem pessoal, comunitário, local, regional, etc. Pensar a memória social direciona a refletir sobre esse processo de construção da identidade. São conceitos que se ligam num fenômeno de significação existencial humana.

Falar em memória sugere pensar sobre o significado das identidades e seus símbolos e signos. Stuart Hall realiza uma abordagem pertinente a esse campo conceitual quando trata da questão da *representação* como prática central na produção da cultura. Esta por sua vez tem a ver com “significados compartilhados”, sendo produzido e compartilhado através da linguagem – meio pelo qual é dado sentido às coisas. Hall propõe uma reflexão sobre a importância do *sentido* na definição de cultura – argumentando-a não necessariamente enquanto um “conjunto de coisas”, mas como “um conjunto de práticas”, ele discorre:

Afirmar que dois indivíduos pertencem à mesma cultura equivale a dizer que eles interpretam o mundo de maneira semelhante e podem expressar seus pensamentos e sentimentos de forma que um compreenda o outro. Assim, a cultura depende de que seus participantes interpretem o que acontece ao seu redor e “deem sentido” às coisas de forma semelhante. (HALL, 1997, p. 20).

Se pensarmos a cidade como fenômeno cultural dialogaremos com a ideia de Hall. Mais especificamente esse fenômeno cultural sendo traduzido e sintetizado por meio da ideia de centralidade¹⁰, conceito que permite pensar a cidade como lugar de encontro, de intercâmbio e de relações. Logo, em acordo com Serpa (2013, p.29), é possível pensar a cidade enquanto fenômeno cultural entendendo-a, sobretudo, enquanto espaço onde se “centraliza as criações humanas”. Pensar essa centralidade e a cidade como lugar de encontro é ainda pensar as diferenças que neste espaço são negociadas, consensual ou conflituosamente. Para Hall, os significados culturais “organizam e regulam práticas sociais, influenciam nossa conduta e conseqüentemente geram efeitos reais e práticos”.

A cidade é marcada por essas duas características, a da igualdade e da diferença, ou como Serpa indicou, a do encontro – que por sua vez, faz com que essas duas características necessitem ser negociadas no espaço, ou no lugar¹¹.

Woodward (2014) dialoga sobre essa diferença, propondo uma reflexão teórica e conceitual para entendê-la. Para a autora, a identidade¹² é “marcada pela diferença”, e essa diferença é “sustentada pela exclusão”. A identidade – marcada por um conjunto de características comuns a um grupo – é também a necessidade de pensar as diferenças, o que existe de características exteriores a este grupo tem como sustento a existência de símbolos, sendo simbólica e social. Mas também, possuem uma afirmação historicamente específica. Woodward (2014, p. 11) afirma que “uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos”. Esse apelo ao passado é parte de um processo de construção da identidade, valor atribuído no presente. Algumas questões surgem nessa discussão acerca das identidades nacionais apontadas por Woodward, seriam elas: “Existe mesmo uma crise de identidade?”, “Por que isso

¹⁰ Desafio proposto por Henri Lefebvre

¹¹ Espaço habitado e modificado pelos grupos

ocorre”, “Por que as pessoas investem em posições de identidade?”. Tentando responder a essas questões, a autora discorre:

Na base da discussão sobre essas questões está a tensão entre perspectivas essencialistas e perspectivas não essencialistas sobre identidade. Uma definição essencialista da identidade “sérvia” sugeriria que existe um conjunto cristalino, autêntico, de características que todos os sérvios partilham e que não se altera ao longo do tempo. Uma definição não essencialista focalizaria as diferenças, assim como as características comuns ou partilhadas, tanto entre os próprios sérvios quanto entre os sérvios e outros grupos étnicos. Ao afirmar a primazia de uma identidade – por exemplo, a do sérvio – parece necessário não apenas colocá-la em oposição a uma outra identidade que é, então, desvalorizada, mas também reivindicar alguma identidade sérvia “verdadeira” autêntica, que teria permanecido igual ao longo do tempo. (WOODWARD, 2014, p. 12).

Dessa reflexão, com base na análise sobre os sérvios e os croatas, surgem várias outras questões pertinentes a abordagem aqui proposta. Falar sobre identidades sugere um leque de abordagens, pois é falar de pessoas num meio social, é falar de grupos, de mentalidades, de relações, de memórias, dentre outras falas. Partilhar de uma identidade comum, a exemplo de pertencer a uma classe social no seio de um cenário municipal, é também saber que em meio a essa identidade em comum existem outras identidades. Pertencer a um grupo significa partilhar de questões comuns entre si e diferentes em relação a outro grupo, fato que une e que separa a depender do momento que se trata¹³. O fenômeno moderno aqui tratado, a cidade histórica, traz no seu bojo a afirmação e reafirmação das identidades, e conseqüentemente, a negação de outras. Enquanto lugares dedicados à fruição dessas questões, dos processos simbólicos que representam grupos, há espaços de negociação, e logo de poder. Analisar este cenário é examiná-lo através dos seus sistemas de representação e, de acordo a Hall, analisar a relação existente entre cultura e significado.

As identidades e os símbolos propõem a negociação de posições sociais, são formas de se incluir, de determinar a existência e a presença. Em concordância com a análise de Woodward quando diz que a identidade é relacional, têm suas

¹³Woodward apresenta a emergência de novas posições e de *novas identidades* produzidas em determinadas circunstâncias, a exemplo de “circunstâncias econômicas e sociais cambiantes”.

reivindicações essencialistas, pois pertencer a um grupo por vezes pauta-se em versões históricas e/ou biológicas, além de possuir um sistema simbólico estabelecido, produzidos pelas representações. Sabe-se ainda que no bojo de todos esses sistemas de significações há relações de *poder* envolvidas, incluindo, segundo Woodward o *poder* de "definir quem é incluído e quem é excluído".

A existência de uma "crise de identidade" enquanto característica da modernidade tardia envolve, segundo Woodward, um conjunto de interações que acabam sendo a base para o surgimento de identidades globalizadas, culturas homogeneizadas que se encontram numa posição de distanciamento de suas identidades locais, apresentando-se também como um contraponto que permite levar a uma resistência e a conseqüente reafirmação de características locais.

Neste quesito reside uma relação de poder numa escala maior, pois é fato que essas culturas que invadem os diversos espaços da escala global são predominantemente originárias das potências mundiais. Logo, perceber a si, num grupo/comunidade específico local, perante o global, reafirmar-se através de elementos culturais próprios é ato de resistência.

Para isso a busca pelo passado, lendas, tradições, histórias e feitos heroicos, o presente é contestado a fim de justificá-lo. O centro histórico da cidade é aquele lugar onde concentra esse legado, testemunho das bases históricas que legitimam as identidades. Mas neste espaço também concentram os conflitos, principalmente aqueles entre sociedade e Estado. Quando a identidade nacional é questionada e contestada, reside o desejo de restituir a unidade de uma *comunidade imaginada*. Sobre isso Dodebei e Storino pensam as cidades como espaços urbanos reais e também como espaços imaginados, argumentam que:

A cidade excede a representação que cada pessoa faz dela e, como afirma Henry-Pierre Jeudy, se oferece e se retrai segundo a maneira que é apreendida. Tomando-a como uma paisagem ou por um enquadramento fotográfico circunstancial, construímos sua imagem a partir da tensão entre o que vemos e o que imaginamos, entre o visível e o invisível. (DODEBEI e STORINO, 2007, p.276).

Assim, ao falar de cidades, está em pauta tanto esses espaços reais, quanto esses espaços imaginados, e sobre os quais se inscrevem os valores e sentidos específicos de cada povo. As identidades não se esgotam em definições,

configuram-se em contextos sociais e históricos que embasam os discursos de reafirmação identitária dos povos, especialmente na convivência com as diferenças nestes espaços de encontro e, ao mesmo tempo, de reafirmação dessas diferenças. Nesse quesito, pensar as identidades é pensar que elas residem exatamente aí, nesse encontro das diferenças, indicando segundo Woodward uma suposta interdependência:

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade *depende* da diferença. (WOODWARD, 2014., p. 40).

Falar sobre identidade nesse contexto de encontro das diferenças pressupõe falar sobre a conjuntura na qual essa temática emerge. Sabe-se que as condições em torno da identidade não são pautadas numa dinâmica estável e imutável, aliás, para as ciências humanas e sociais dificilmente haverá essa condição. As identidades são configuradas a partir de realidades dadas histórica e socialmente, moldadas por meio de necessidades que surgem e se reconfiguram.

Bauman (2013) propõe uma abordagem sobre essa temática, ele define como “*qualidades homeostáticas*” à condição de estabilidade social em que os estados-nação encontram um terreno favorável a construção de um sistema auto-equilibrado na chamada “fase sólida” da era moderna. A “visão homeostática da cultura” precisou ser abandonada a partir dos efeitos avassaladores da globalização.

Bauman examina um aspecto determinante nesse processo de reformulação de uma nova configuração das identidades e a crise do nacionalismo – a migração global – segundo ele, a “migração das pessoas” foi “parte integrante da modernidade e da modernização” (BAUMAN, 2013, p. 35). Esse processo, dividido em três fases pelo autor, culmina numa realidade de convívio com as diferenças. A noção de “direitos humanos” é para Bauman “o direito à diferença” que estabelece as bases para uma tolerância de convívio mútuo. O processo que antes era de “assimilação” dos costumes dos grupos dominantes, passa a tender a dar lugar a uma relação horizontal na qual se tenta quebrar a hierarquia das culturas.

Todo esse processo envolve o convívio num dado lugar. A migração apontada por Bauman é exatamente essa chegada de pessoas em certo lugar, e

consequentemente a configuração do convívio entre diferentes, apontada também por Woodward. Muitas são as vozes que na pós modernidade buscam se reafirmar no tempo e no espaço. As cidades históricas, vistas nessa perspectiva, ainda residem sob a ideia de patrimônios nacionais¹⁴. O título de Cidade Histórica Monumento Nacional confere status àqueles lugares que ficam destinados à manutenção de uma memória determinada. No entanto, vários desafios surgem ao pensar esses lugares a partir do que foi exposto aqui. Como pensar a cidade histórica a partir de um ângulo divergente daquele que dá origem a sua existência no âmbito nacional, ancorada no ideal de um patrimônio nacional? – logo, numa “visão homeostática”. Pensar essa questão seria mergulhar numa redefinição destes espaços.

O quesito essencial quando se trata das identidades e os símbolos que a referenciam é, sem dúvidas, as forças que constroem esses referenciais identitário. Ou seja, o poder existente sob o domínio de determinados grupos, o que resulta numa determinação do que será instituído como patrimônio cultural. Mas, a mudança das épocas e suas mentalidades, e a quebra dessa “visão homeostática” apontada por Bauman tem mostrado também as vozes que não foram contempladas pelos nacionalismos na história. Isso em se tratando de Brasil, onde os olhares sobre o patrimônio cultural se constroem no século XX e ainda caminha sob um processo de amadurecimento no trato com os símbolos e signos que caracterizam um povo tão heterogêneo. Sem contar que o chamado “nacionalismo” não foi algo que se mostrou forte na sociedade brasileira. Mostra-se talvez uma ânsia de se construir uma nação de fato justa e motivo de orgulho para esse povo, no entanto, os meios e modos de se realizar esse sonho brasileiro seria o grande desafio em processo.

¹⁴A constituição do patrimônio nacional, o conceito de nação e a noção de espaço público é uma tradição moderna ocidental. O Monumento surge numa ideia que está ancorada nessa tradição e se define noções em torno de valores que são definidos com as bases no passado, na ‘origem’ e nos usos. O estudo de Alois Riegl intitulado “O moderno culto ao monumento” convida a uma reflexão sobre a temática.

1.5 MUSEUS E MUSEOLOGIA: OLHARES POSSÍVEIS SOBRE O ESPAÇO URBANO E AS PESSOAS

A configuração da Museologia enquanto área do conhecimento e a realidade que se processa ao longo do século XX, principalmente a partir da segunda metade, demonstra que as portas abertas ao universo dos museus, muito mais que limitadas a seus muros, deram lugar a um caminho composto por inúmeras possibilidades de representação, diálogos, aprendizagem e valorização das identidades. A percepção mais abrangente acerca das possibilidades de alcance, a reformulação dos objetos de trabalho e a criação de novos mecanismos de ação são algumas das características que marcam o processo de construção da Nova Museologia.

As análises acerca do papel social dos museus, o espaço de poder que representam e seus diversos usos são alguns dos pontos de reflexão da Museologia que tem se ampliado bastante a cada dia. Os diálogos entre os profissionais da área hoje demonstram uma preocupação panorâmica, com atenção voltada à diversidade de experiências e suas particularidades, o que só comprova o quanto são imensos os caminhos possíveis.

Historicamente falando é especialmente a partir da segunda metade do século XX que essa ampliação começa a ser delineada, com marcos relevantes na configuração dos museus enquanto agentes de transformação social.

Partindo de uma busca por uma definição sobre "o objeto de estudo da museologia" - frase que intitula a obra do pesquisador holandês Peter Van Mensch - vários esforços e discussões sobre a temática marcaram a segunda metade do século XX. Mensch cita J. Neustupny como o primeiro a discutir o objeto de estudo da museologia, na década de 50. Uma década após, a República Democrática Alemã teve a definição formulada por um grupo que entendeu o objeto de estudo da Museologia "a totalidade das atividades de museu". Diante da ampliação e proliferação de uma diversidade de visões, Zbynek Z. Stránský preferiu utilizar o termo "tendências do conhecimento" ao invés de "objeto de estudo". Para W. Gluzinsk o objeto de estudo da Museologia não é único, mas sim variados.

Mensch aborda quatro visões. A primeira delas tem a Museologia enquanto "o estudo da finalidade e organização de museus", muito tradicional, essa visão é segundo ele a mais popular entre os profissionais de museus. Apresenta a definição proposta no Seminário Internacional de Museus Regionais no Rio de Janeiro em

1958 que definiu a Museologia como “um ramo do conhecimento que diz respeito aos objetivos e à organização de museus”. No ano de 1972, o ICOM define a Museologia como:

Estudo da trajetória dos museus, seu papel na sociedade, seus métodos específicos de pesquisa, conservação, educação e organização, seu relacionamento com o ambiente físico e a classificação dos diferentes tipos de museus. (MENSCH, 1994).

Nos anos 70 tem ainda o conceito de Museologia como ciência dos museus, que, de acordo a Mensch, foi uma visão dominante na República Democrática Alemã.

A segunda visão apontada por Mensch é a “Museologia como o estudo da implementação e integração de um conjunto de atividades, visando à preservação e uso da herança cultural e natural”, essa perspectiva está concentrada nas atividades e funções do museu. O museólogo russo A. M. Razgon definiu a museologia como “disciplina científica que estuda as leis da origem e desenvolvimento dos museus” tendo o “estudo das características específicas do objeto” (1972), posteriormente em 1988 ele entende que os estudos da museologia estão pautados no museu “como fenômeno social” e o objeto de estudo conseqüentemente “abarca o complexo de leis específicas que regem os processos de preservação e comunicação dentro da instituição museu” (MENSCH, 1994, p. 06).

A terceira visão posta por Mensch aborda a Museologia como “O estudo dos objetos de museus”, traz as contribuições de Z. Bruna que definiu o objeto “o problema relativo ao material, aos objetos móveis, autênticas peças da realidade objetiva” (MENSCH, 1994, p. 08). A quarta visão traz a Museologia como “estudo da Musealidade”, e tem as contribuições de Z. Z. Stransky e de J. Maroevic. O estudo da musealidade e o valor de documento marcam as discussões nesse quarto momento do pensamento museológico. Outros museólogos que tem suas ideias relacionadas às de Stransky, segundo Mensch, são Anna Gregorová – que defende a Museologia como “a ciência que estuda a relação específica do homem com a realidade” – e Waldisa Rússio – fala sobre “fato museal” como objeto da pesquisa museológica, o fato museal “é a relação do homem, sujeito que conhece, e o objeto, parte da realidade a qual o homem pertence e sobre a qual tem poder de ação”.

Enquanto o objeto de estudo permanecia em constante discussão, fatos relevantes marcam o desenvolvimento das atividades de museus. A primeira metade do século XX houve considerável desenvolvimento das técnicas de conservação, sistematização da documentação e demais técnicas de trato aos acervos, a segunda metade trouxe novas demandas para a instituição, os movimentos sociais, as críticas ao modelo de educação formal, os papéis sociais, a estrutura econômica, a ampliação do conceito de patrimônio cultural, as discussões em torno da preservação, bem como outras tantas “certezas” existentes no contexto da coletividade. Tudo isso provocou os profissionais de museu a adentrar num caminho de reconfiguração teórica, técnica e funcional, afinal o museu obviamente não ficaria fora dessas críticas, havendo inclusive a previsão de sua extinção. Segundo Mário Chagas:

O necrológio do museu, traduzido a partir de um determinado desejo político, aparecia acompanhado de um discurso que colocava em movimento críticas severas ao caráter aristocrático, autoritário, acrítico, conservador e inibidor dessas instituições, consideradas como espécie em extinção e por isso mesmo apelidadas de ‘dinossauros’ e de ‘elefantes brancos’. (CHAGAS, 2003, p. 264).

Dentre marcos expressivos no campo museológico tem-se a criação do Conselho internacional de Museus (ICOM) em 1946, ligado à Unesco, e o Comitê Internacional para a Museologia (ICOFOM) em 1977, que objetiva os estudos de uma museologia teórica e segundo Suely Cerávolo:

Após a instauração do Icofom, em razão das concepções já existentes ou em desenvolvimento e também pela possibilidade de disseminação por meio de publicações – que bem ou mal chegaram ao plano internacional –, outras ideias sobre Museologia passaram a se espalhar pelo ‘mundo dos museus’ que têm na edificação sua forma material; sendo assim, como então preencher o nível teórico? Com atividades ou funções? Como ou com quais instrumentos explicá-los? Tais dúvidas foram levadas para o âmbito do Icofom, e as respostas apresentadas acumulam--se para preencher o vazio apontado. Para aquilo que, afinal, parecia mais se tratar de uma questão de identidade de área, tornou-se conveniente o estabelecimento de conexões entre as dúvidas, a modulação de um conhecimento particular, a explicação de uma teoria e o apontamento de métodos. (CERÁVOLO, 2004, p. 238).

A década de 1960¹⁵ foi um período marcante para a Museologia. Seu objeto de interesse foi sendo ampliado, novos desafios se apresentaram e viraram pauta para diversos estudos, encontros entre profissionais e elaboração de documentos.

A contribuição da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, destaca-se enquanto uma referência acerca do papel do museu para a sociedade. Trabalha uma tomada de consciência sobre os problemas sociais e a função da instituição museu na realidade a qual se insere. Neste encontro foi defendido o Museu Integral – “destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto do seu meio material e cultural”, assumindo função social e interdisciplinar. Neste encontro a temática sobre os problemas urbanos foi alvo de atenção, sendo recomendado que os museus se voltem à realização de ações com vistas a solucionar problemas urbanos. Neste sentido o documento recomenda que:

Que os museus devam servir à conscientização mais profunda dos problemas do meio urbano, das seguintes maneiras:

- a) Os "museus de cidade" deverão insistir de modo particular no desenvolvimento urbano e nos problemas que ele coloca, tanto em suas exposições quanto em seus trabalhos de pesquisa;
- b) Os museus deverão organizar exposições especiais ilustrando os problemas do desenvolvimento urbano contemporâneo;
- c) Com a ajuda dos grandes museus, deverão ser organizadas exposições, e criados museus em bairros e nas zonas rurais, para informar os habitantes das vantagens e inconvenientes da vida nas grandes cidades;
- d) Deverá ser aceita a oferta do Museu Nacional de Antropologia do México, de experimentar, através de uma exposição temporária sobre a América Latina, as técnicas museológicas do museu integral. (MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE ICOM, 1972).

Seguindo a linha de pensamento da Mesa Redonda de Santiago do Chile, o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), criado em 1985, dá continuidade a afirmação do museu enquanto instrumento que está a serviço da sociedade, atuante nas soluções de seus conflitos. O MINOM resulta do Primeiro Atelier Internacional de Ecomuseus e Nova Museologia em Quebec. A Declaração de Quebec propõe a ampliação das práticas museológicas, a preocupação com o desenvolvimento social, o uso de abordagem interdisciplinar e utilização de métodos contemporâneos de comunicação. Assim, tendo a Declaração de Santiago do Chile

¹⁵Neste período, a Carta de Veneza (1964), aprovada II congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, dispõe sobre a ampliação do conceito de monumento, agregando a esse entendimento os sítios, e não apenas as obras arquitetônicas isoladas.

como base, as reflexões dadas no atelier, com um olhar especial sobre novas formas de se fazer Museologia, constrói-se ali um processo de reconhecimento e afirmação dos novos percursos trilhados pela Museologia, bem como suas possibilidades de futuro, focadas no desenvolvimento comunitário. Mais do que uma preocupação com um público observador e contemplativo, o museu passa a utilizar-se da presença de um público colaborador. Tem como referências¹⁶ para esse olhar, segundo Mário Moutinho¹⁷ (1995), “as várias experiências museológicas em curso. Entre outras situações estiveram sempre presentes no Atelier exemplos vindos dos mais variados lugares”.

O MINOM¹⁸ comporta como principal finalidade a continuação do debate a respeito da Nova Museologia, constituindo-se cada vez mais enquanto área de conhecimento destinada a ampliar o alcance da Museologia enquanto campo do saber, bem como as ações museológicas capazes de aproximar cada vez mais o museu às demandas da sociedade contemporânea.

No mesmo ano, a Declaração de Oaxtepec tem o delineamento de uma abordagem acerca da relação território-patrimônio-comunidade, com a defesa da preservação do patrimônio *in situ*, considerando os variados aspectos que permeiam a existência humana, a memória social, suas relações entre e si e com o meio”. Aborda o conceito de espaço territorial musealizável, enfocando a participação popular nas ações museológicas e educativas com vistas a sensibilizar a população sobre seu papel enquanto participantes atuantes nos processos de salvaguarda e promoção da identidade cultural.

Segundo Maria Célia Santos:

¹⁶ A multiplicidade das formas que os ecomuseus tinham tomado alargavam a ideia de ecomuseu e das suas diferentes potencialidades: reivindicação social, investigação e ligação às universidades, identidade, consoante os meios e países em questão. Reconhecia-se já a existência de ecomuseus tradicionais e de ecomuseus de desenvolvimento. (MOUTINHO, 1995)

¹⁷ MOUTINHO, Mário. 1995, A declaração do Quebec de 1984, in A memória do pensamento museológico contemporâneo (Documentos e Depoimentos) org. Marcelo Araújo & Cristina Bruno, Comitê Brasileiro do ICOM, 1995

¹⁸ O MINOM abrange, dentro de uma larga plataforma de tendências e organismos, indivíduos dedicados a uma museologia ativa e interativa, preocupados com as mudanças sociais e culturais das comunidades que os museus servem, favorecendo a cooperação e o reencontro entre os utentes e os profissionais desses museus e uma museologia aberta a todas as perspectivas que possam contribuir para fazer do Museu e da exposição um instrumento do desenvolvimento da personalidade das comunidades e um laboratório de construção do seu futuro. Por isso, o MINOM defende a aproximação e a solidariedade cultural, local, nacional e internacional. (CADERNOS DO MINOM nº 1, 1991, p. 09),

Porém, há de se ressaltar que dois eventos anteriores já indicavam sinais da mudança de paradigma do papel dos museus na formação da sociedade e na educação. Foram eles o Seminário Regional da UNESCO, Rio de Janeiro, 1958, abordando o papel pedagógico dos museus, e a IX Conferência Geral do ICOM, Paris e Grenoble, 1971, com o tema 'O Museu a serviço do homem, atualidade e futuro – O papel educativo e cultural'. (SANTOS, 2014, p. 44).

A Nova Museologia é configurada, formulada, construída e vivida colocando em prática a aproximação com comunidades, valorização e reconhecimento de suas identidades, sua memória, seu patrimônio, os testemunhos imateriais e a visão de território. George Henri Rivière e Hugues de Varine são nomes destaque na atuação e vivências deste tipo de museologia. Sobre o museu enquanto agente de desenvolvimento social Maria Célia Santos discorre:

Dentre as várias interpretações desta aproximação encontra-se a Sociomuseologia, que dota o museu da missão de ser meio facilitador de desenvolvimento e transformação social. Toma para si esta tarefa, com base nas ciências sociais, procurando fomentar por meio de atividades pedagógicas e educacionais, práticas reflexivas sobre o patrimônio cultural.

O "diálogo" entre o homem e o objeto musealizado depende da abordagem escolhida pelos profissionais do museu para intermediar a ação. Quando os museus passam da condição passiva de meros expositores e ganham as ruas, no sentido de conquistar as pessoas, ganham também vida, reciclam-se, renovam-se e podem participar ativamente da formação de cidadãos mais comprometidos com seu patrimônio. Se o grande mediador entre o homem e o objeto, no processo museológico, é a linguagem expositiva, é ela que vai determinar o que o objeto tem a 'falar' de si mesmo, de sua função, de sua feitura e de sua importância. (SANTOS, 2014, p. 46).

Assim encarada, a prática da ação museológica é dada necessariamente em harmonia com o coletivo, ganha outros espaços além do museu, é feita entre cidadãos e se efetiva de forma participativa. O público não é mais o do observador passivo, mas um participe do processo museológico. Nesse contexto, o profissional de museu é um agente comprometido com o desenvolvimento social, mediador do processo.

A Nova Museologia retira o foco dos objetos, amplia o olhar, proporcionando ao público a capacidade de utilização do museu como uma ferramenta e não apenas

como um local detentor de conhecimento especializado. De acordo a Mário Moutinho:

O alargamento da noção de património, e a conseqüente redefinição de 'objecto museológico', a ideia de participação da comunidade na definição e gestão das práticas museológicas, a museologia como factor de desenvolvimento, as questões de interdisciplinaridade, a utilização das 'novas tecnologias' de informação e a museografia como meio autónomo de comunicação, são exemplo das questões decorrentes das práticas museológicas contemporâneas e fazem parte de uma crescente bibliografia especializada. (MOUTINHO, 1993, p. 07).

Mario Moutinho também destaca que:

O que caracteriza a Sociomuseologia não é propriamente a natureza dos seus pressupostos e dos seus objetivos, como acontece em outras áreas do conhecimento, mas a interdisciplinaridade com que apela a áreas do conhecimento perfeitamente consolidadas e as relaciona com a Museologia propriamente dita¹⁹. (MOUTINHO, 2014).

Esse carácter interdisciplinar da Museologia foi definido desde 1980 pelo Comitê de Museologia do ICOM e, segundo Barbuy:

Nos ecomuseus e em vários museus regionais franceses, a interdisciplinaridade foi praticada como decorrência de uma necessidade de fazer interagir diferentes especialistas e conhecimentos para trabalhar, em toda sua complexidade uma dada cultura. (BARBUY, 1995, p. 224).

Barbuy também menciona a preocupação do ecomuseu para com o território, tanto no sentido mais espacial quanto no sentido antropológico. O enfoque do museu não é mais a coleção, o interesse agora é a comunidade.

Hugues de Varine afirma que “um museu ‘normal’ tem um objetivo oficial: servir ao conhecimento e à cultura. Um museu comunitário tem outro objetivo servir à comunidade e ao seu desenvolvimento” (VARINE, 2014, p. 26). Esse desenvolvimento posto por Varine trata-se do desenvolvimento local que “possui

¹⁹Disponível em <http://redemuseusmemoriaemovimentossociais.blogspot.com/2010/08/definicao-de-sociomuseologia-mario.html> Lisboa, Setembro 2007, XIII Atelier Internacional do MINOM

uma dimensão cultural muito forte: para ser bem sucedido, qualquer processo de desenvolvimento precisa produzir mudanças positivas”. (VARINE, 2014, p. 26).

Esse desenvolvimento local que Varine menciona pressupõe uma participação ativa das comunidades sobre a tomada de decisões que envolve seus interesses. Ainda que essas comunidades comumente não “esteja pronta” para isso, mudanças são necessárias. A mobilização de todos é responsabilidade desse novo museu, utilizando-se de ferramentas culturais específicas. Entre sua vasta experiência Varine cita três referências utilizadas por ele para a criação do museu em Le Creusot “Os museus a céu aberto na Escandinávia, os museus de bairro nos Estados Unidos e os museus locais e escolares no México”. Entendendo as variadas experiências com comunidades e as inúmeras possibilidades de ação do museu comunitário, Varine discorre:

Como o próprio desenvolvimento, o museu de comunidade é mais bem descrito como processo. Ele certamente não é uma instituição ou estrutura acabada. É um ser vivo, como a própria comunidade, em constante movimento para se adaptar as mudanças que acontecem nela e em seu ambiente, seja ele regional, nacional ou global. (VARINE, 2014, p. 28-29).

Esse museu posto por Varine vai além do edifício, acontece e se institui através da efetivação de seus objetivos, busca constantemente os resultados, a mudança, a revelação das memórias, dos pertencimentos, das identidades e das formas de valorização destes.

Obviamente o museu tradicional não deixou de existir para ceder lugar ao novo museu, eles coexistem e cumprem suas funções. De fato, o modo como a Sociomuseologia se propõe a encarar o público, participando de modo ativo e tão mais próximo, faz com que muitos grupos o entendam o museu como um instrumento de voz, uma forma de conhecer e reconhecer seus próprios tesouros culturais.

Cidades históricas comumente carregam dilemas do cotidiano que envolvem um vasto campo de disputas. Constituem um ambiente rico ao universo museológico. Universo este capaz de mediar relações entre sociedade e seus patrimônios, tornando possível grandes conquistas.

A cidade, detentora de extenso patrimônio, localizados em seus contextos históricos, geográficos e culturais, não apenas permite, mas obriga a pensar sobre a

própria realidade e os dilemas que se impõem. Encará-la enquanto espaço museal nos leva a pensar no ecomuseu e na relação território-patrimônio-comunidade supracitada.

Mais do que perceber a cidade enquanto núcleo urbano preservado, visualizá-la sob a ótica museológica é associar a preservação à ação. Ao observar o contexto urbano como um objeto museológico, Maria Célia Santos afirma que “é necessário definirmos a cidade como forma, como lugar de forças sociais, como imagem; a cidade como artefato, coisa feita, fabricada pelo homem, segmento do universo material socialmente apropriado pelo homem” (SANTOS, 1996, p. 52). Pensando a proposta de um museu didático comunitário para o bairro de Itapuã, Santos entende que, partindo desse olhar – do bairro como forma, como lugar de forças sociais e como imagem – o museu deve ter como objeto o bairro e sua relação com a cidade de Salvador, partindo de uma postura museológica que “encare, de frente, questões urbano-metropolitanas, como problemas habitacionais, especulação imobiliária, trabalho e desemprego, transporte, condições sanitárias, abastecimento, poluição, etc.” (SANTOS, 1996, p. 54).

A cidade enquanto museu, ou enquanto objeto museológico, é necessariamente um olhar sobre as pessoas. Mais do que um olhar, é também espaço a ser apropriado. Espaço de comunicação, de vivências, de registros e de melhor aproveitamento da preservação.

2 A CIDADE DE CACHOEIRA BA

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Cachoeira é um município que está localizado no Recôncavo da Bahia, às margens do Rio Paraguaçu, a cerca de 120 km de Salvador. Com área formada por aproximadamente 395 km², possui uma população²⁰ estimada em torno de 34 mil habitantes.

Figura 1 – Mapa da Bahia



Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu – Wikimédia Commons < Image:Bahia MesoMicroMunicip.svg, own work >

²⁰ De acordo a levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – 2013.

Com destaque na história do Brasil, em especial na história da Bahia, desde quando suas terras foram doadas por D. Álvaro da Costa²¹ ao fidalgo português Paulo Dias Adorno, terras férteis ao plantio de cana-de-açúcar e localização privilegiada²², às margens do Rio Paraguaçu, onde era realizado o transporte fluvial de mercadorias.

Para a construção da residência, senzala, capela²³ e engenho dos Dias Adorno, foram trazidos um grupo de homens negros para trabalharem como escravos, segundo Francisco José Mello (2001), “acredita-se que acima de 150 escravos, pois só o trabalho do engenho exigia 50 homens”.

Gradativamente foi surgindo a população e, em 1698, foi criada a Vila de Nossa Senhora Do Rosário do Porto da Cachoeira, segunda vila da Capitania, sendo a primeira a vila de São Francisco da Barra do Rio Sergipe do Conde.

De acordo a José Diniz Bahia:

Entre os séculos XVI e XVIII a cidade foi desenhando um perfil de exploração agrícola que concentrou nas cidades de Muritiba, Cruz das Almas e São Gonçalo as plantações de fumo e mandioca, reservando as demais para a monocultura da cana-de-açúcar. As lavouras de cana-de-açúcar, algodão e fumo foram as primeiras e por muito tempo as mais importantes fontes de exploração econômica, demandando grande contingente de mão de obra escrava, que daria contornos novos a formação de sua identidade cultural. (BAHIA, 2007, p. 04).

Dispondo de mão de obra escrava, porto para o transporte de mercadorias via fluvial, terras férteis para o plantio e boa localização, Cachoeira do século XIX foi marcada por prosperidade, sendo considerada a vila de maior importância da província.

No cenário da política nacional, a então Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira projetou-se ao levantar-se contra as tropas portuguesas, aclamou Dom Pedro II, Príncipe Perpétuo Regente do Brasil, território livre de Portugal, num período anterior à consolidação da Independência da Bahia. Esse

²¹ Filho de Duarte da Costa (2º Governador Geral do Brasil)

²² O lugar era um ponto de ligação entre o Recôncavo e o Sertão. Por onde convergiam três vias de estrada: a Estrada Real do Gado (onde eram conduzidas as boiadas do Piauí), a Estrada de Minas (que direcionava à Chapada Diamantina, Minas e Goiás) e a estrada que destinava ao sul da Província. Região privilegiada para o plantio, o desenvolvimento da cultura do tabaco e cana-de-açúcar, produtos de exportação, deram impulso ao potencial econômico da região.

²³ Nossa Senhora do Rosário (atualmente denominada Capela de Nossa Senhora D'Ajuda)

feito é lembrado até os dias atuais quando é comemorado, todo ano no dia 25 de junho, Cachoeira como capital da Bahia²⁴.

Durante a Sabinada (1837-1838), Cachoeira foi sede do governo. Nesse contexto de lutas, surgem os chamados “heróis” cachoeiranos que por destacarem-se em suas ações são lembrados com orgulho pela população ao longo dos anos. Dentre outros, cabe citar a figura de Ana Nery, mulher, enfermeira, que se alistou ao exército brasileiro e prestou assistência às tropas durante a Guerra do Paraguai.

Detendo o reconhecimento por sua relevância, bem como por ser berço de personalidades com destaque de lutas, Cachoeira recebeu o título de A Heroica. E, por meio de decreto provincial, Lei nº 43, em 13 de março de 1837, passa de Vila à categoria de cidade²⁵.

No início do século XX, a produção de fumo²⁶ foi um dos suportes econômicos de relevância para a região. Ainda que apresentando uma certa estabilidade econômica no início, o século XX vive um período de substancial mudança, e que aconteceu, segundo Francisca Marques:

[...] lenta decadência devido a uma série de fatores, dentre eles o enfraquecimento do comércio local pela construção de rodovias e o fechamento de seus principais armazéns de fumo e fábricas de charuto, o que gerou desemprego e, conseqüentemente, a pobreza. (MARQUES, 2008, p. 132).

Com a modernização, o sistema fluvial vai sendo substituído pelo transporte rodoviário, que por sua vez facilita a dinâmica do transporte de mercadorias em todo o país. O governo Juscelino Kubitschek fomentou a construção e ampliação de rodovias e suas interligações. Segundo Mello:

Cachoeira era o único interposto entre Salvador e as regiões do alto sertão e Chapada Diamantina para embarque e desembarque das mercadorias que chegavam via marítima e eram embarcadas nos trens da leste com destino para as citadas regiões. Tal movimento era gerador de empregos para funcionários das empresas de Consignação, despachantes, carregadores, estivadores, carroceiros, empregados de hotéis que hospedavam os passageiros em trânsito

²⁴A comemoração é marcada pela presença de lideranças políticas estaduais, dentre eles o governador da Bahia, que comparece ao local num momento solene. A comemoração segue durante o dia, com desfiles e performances artísticas.

²⁵ . A Lei nº 43 foi assinada por Francisco de Souza Paraíso, então presidente da Província da Bahia.

²⁶ Fábricas de charuto Leite Alves e Suerdick

vindos do Alto do Sertão e Chapada Diamantina para Salvador e vice-versa. Com a abertura das rodovias, as mercadorias passaram a ser enviadas diretamente, em caminhões, até a porta do comerciante, que antes utilizava a rota ferroviária Salvador/Cachoeira/Alto do Sertão/Chapada Diamantina. Houve, então, o esvaziamento do interposto, e, com ele, o fechamento dos escritórios de consignação, queda no movimento de hotéis e comércio (MELLO, apud CAMINHOS DO RECÔNCAVO, 2009, p. 38).

Mello descreve o ponto principal de definição daquilo que seria a relevância local – a economia. O mesmo motivo que levou aos tempos áureos, tomou o caminho inverso. As rodovias não seriam uma realidade em Cachoeira como fora as ferrovias. E, como consequência, a queda do movimento, o enfraquecimento do comércio e o adentrar numa nova realidade.

Em 1967 as fábricas de charuto Leite Alves e Suerdieck foram fechadas, gerando mais desemprego. As inundações resultantes das cheias do Rio Paraguaçu agravaram ainda mais o momento de crise e empobrecimento local. Como consequência, ocorreu considerável evasão popular em busca de oportunidades de emprego em outras regiões. Por fim, o século XX concretizou o momento de crise, empobrecimento e evasão.

Com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de Novembro de 1937, a cidade de Cachoeira contou, já de início, com o tombamento de alguns casarões. Com o discorrer da política de preservação no âmbito federal, a partir da década de 70, quando o tombamento passou a abranger seus conjuntos arquitetônicos, Cachoeira foi compreendida enquanto sítio histórico. Preservada em seu Conjunto Arquitetônico e Paisagístico, além de Heroica, passou à Cidade Histórica e Monumento Nacional. Ainda na década de 70, foi implantado na cidade o escritório técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Nesse mesmo período, a nível estadual, foi implantado o escritório do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural – IPAC. Segundo Maria Rodrigues:

Sob a influência do documento o 'Compromisso de Brasília' (...) o Presidente da República Emílio G. Médici aprova o processo 843-T-71, instituindo o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Cachoeira – Ba. Efetivado pelo decreto nº 68.045 em 18 de Janeiro de 1971 e constando no Livro do Tombo arqueológico, etnográfico e paisagístico [...] (RODRIGUES, 2009, p. 05).

O tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico de Cachoeira foi o início de um processo de construção do trabalho de cuidado com o patrimônio cultural e a memória social ali construída. Marcado por acertos e falhas, a política preservacionista foi inserida num espaço onde as identidades se mostraram resistentes ao declínio econômico. Nos jornais da época, dentre anúncios, propagandas e notícias do cotidiano, é comum encontrar noticiários sobre as manifestações populares em prol de diversas questões como: geração de empregos, vindas de universidades, valorização do patrimônio arquitetônico, identidade cultural, dentre outros, sempre atrelado às bases históricas e heroicas que saúdam um passado glorioso. E o saudosismo é uma característica de destaque nos textos produzidos, tanto os jornais quanto os livros, se faz notório o sentimento complexo ali presente, envolvendo identidade, pertencimento, orgulho, memórias, crenças, esperança e tantos outros que se mesclam.

Essa trajetória que segue desde a ocupação do solo cachoeirano pelos Dias Adornos até o momento atual – e nesse contexto não se pode deixar de comentar a existência de um alto contingente de grupos nativos que foram dizimados para dar lugar à construção dessa conjuntura –, as relações trabalhistas baseadas na escravidão, a mescla e sobreposição de jeitos e modos, o convívio conflituoso e por vezes contraditório, e outros tantos quesitos que compôs a formação daquele lugar, são testemunhados pela cultura material e imaterial existente nos dias atuais, e pelos quais é possível a aproximação e construção de uma consciência coletiva.

Sobre os monumentos históricos cachoeiranos, Antônio Loureiro de Souza comenta:

O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tombou, como monumentos históricos: o Paço Municipal e a casa número 4, na Praça da Aclamação; na Rua Ana Néri, as casas de número 1,2 e 7; na Praça Dr. Milton, a de número 23-A; na Rua 7 de setembro, a de número 34; na Rua 13 de Maio, a de número 13; Engenheiros Embiara e Vitória; Chafariz situado na Praça Dr. Milton; convento e Igreja do Carmo e Santo Antônio do Paraguaçu, este situado em Santiago do Iguape. Igrejas: Ajuda, Carmo (Ordem Terceira), Misericórdia, Rosário, Seminário de Belem etc. (SOUZA, 1972, p. 20).

Esses testemunhos – ruas, edifícios, monumentos, obras de arte, mobiliários, fotografias, indumentárias, comidas, plantas de uso sagrado, procissões, sambas de roda, músicas locais, festas e tradições – reconhecidos pela população,

são parte integrante do imaginário coletivo local. Como tal, compõe a percepção da população enquanto parte integrante desse universo cultural, cientes de serem herdeiros e ao mesmo tempo autores dessa realidade. Esses testemunhos culturais são consagrados enquanto símbolos que fazem referência a essa população, e como suporte de uma temporalidade, parece legitimar uma espécie de “valor” documental. Junto a essa atribuição de valor são vinculados outros valores²⁷ presentes nos mecanismos de classificação, registro e preservação do patrimônio.

A construção desse imaginário popular, bem como a institucionalização de um lugar como histórico e monumento nacional caminha sobre uma série de significados, valores e interpretações que estruturam o pensamento dominante do século XX no Brasil. Para entendê-los, analisemos por partes essa inserção de Cachoeira no universo das cidades históricas brasileiras.

²⁷ Originalidade, autenticidade, identidade.

FIGURA 2 – Cachoeira Perímetro Urbano Central



Fotografia Rita Barreto, Fonte: <https://www.bahiadevalor.com.br/2017/10/bahiatursa-divulga-bahia-em-evento-nos-estados-unidos/cachoeira-bahia-foto-rita-barreto-bahiatursa/> Acesso 12 de Out. 2019

Figura 3 – Ponte D. Pedro II



Fonte: <https://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1666854-aniversario-de-cachoeira-tem-programacao-especial> Acesso 12 de Out. 2019

2.2 A CONSTRUÇÃO DE CACHOEIRA COMO CIDADE HISTÓRICA

Como já citado, o decreto nº 68.045 em 18 de Janeiro de 1971 institui o tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico de Cachoeira. Essa ação que oficializa o reconhecimento em nível nacional, inaugura alguns desafios que se estendem até os dias atuais. Desafios que não estão restritos à realidade de Cachoeira, mas estão postos na realidade de várias cidades com trajetórias similares.

Pensar o conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade como patrimônio é olhá-la a partir de alguns pressupostos teóricos que sustentam a legitimidade de ações preservacionistas com determinado fim. A princípio, percebe-se que essas ações em prol da preservação visam o cuidado para que os bens alcancem gerações futuras, firmando um legado intencional que parte de uma escolha definida. Observá-la mais de perto, no entanto, permite visualizar os meandros onde se constroem as escolhas e sobre as quais estão fundadas as lutas pelos valores simbólicos.

Cachoeira passa a ser alvo de ações preservacionistas focadas no seu conjunto arquitetônico e paisagístico. Mas se questionarmos aqui: - Patrimônio de quem? Logicamente a resposta seria: - De uma elite que compunha a formação da cidade desde o momento de ocupação e massacre daqueles que ali já estavam, e sobre os quais não temos documentos escritos nem objetos que chegasse aos dias de hoje. É o patrimônio de pedra e cal, construído com o suor e o sangue das mãos negras sobre o território e o sangue indígena. As paredes largas barrocas da Capela D'Ajuda eternizam a memória dos Dias Adorno, mas também devem ser vistos como a memória do que não ficou naquela paisagem, ou na paisagem anterior, que cedeu lugar à construção da capela.

A forma como se inicia a preservação do patrimônio cultural em todo o país esteve sustentada nas ideias surgidas na Europa, a defesa do patrimônio teve suas bases no surgimento de duas correntes teóricas²⁸. Por um lado, a representada pelo arquiteto francês Eugene Viollet-Le-Duc (1814-1879), de cunho racionalista, valorizava a técnica e a modernidade. Responsável pelas primeiras teorias a respeito da preservação e restauração do patrimônio. Acreditava que o valor histórico do

²⁸ Correntes teóricas estas já mencionadas aqui no capítulo anterior.

monumento estava relegado à reconstituição de suas formas estilísticas a partir do desenvolvimento de técnicas modernas. Desse modo, a historicidade do monumento não traria as marcas de uma época, e sim de várias épocas a partir do emprego de técnicas aprimoradas ao longo dos anos. O objetivo, no entanto, é chegar à “originalidade” do monumento. Vollet-Le-Duc era adepto das ideias iluministas.

Por outro lado, a corrente teórica liderada por John Ruskin (1818-1900), na Inglaterra, tem como foco as mesmas questões levantadas por Le-Duc, no entanto opõe-se a este. Segundo Cristina Simão:

Esta corrente, denominada culturalista, defende a não intervenção nos monumentos antigos, por considerar que quaisquer interferências imprimem novo caráter à obra, tirando sua autenticidade. Sob essa ótica, a história e a condição atual devem ser maximamente respeitadas, admitindo-se somente intervenções de conservação. (SIMÃO, 2001, p. 25).

Com forte influência no pensamento preservacionista brasileiro, tanto o pensamento de Le Duc quanto o de Ruskin estão presentes nos documentos sobre a construção do patrimônio cultural brasileiro.

O movimento pela preservação do patrimônio no Brasil ainda carecia desvendar qual identidade compunha essa nação. O movimento modernista brasileiro, no início do século XX, constrói um novo perfil de expressão artística, baseado na questão da nacionalidade - porém fugindo do nativismo e do indianismo romântico idealizado entre os séculos XVIII e XIX. O momento era de romper os elos com o passado e construir a identidade brasileira. Com esse fim, as cidades mineiras, sobretudo Ouro Preto, tornaram-se um verdadeiro laboratório para os intelectuais modernistas. Segundo Simão:

Com o objetivo de buscar raízes e a identidade nacional, os modernistas empreenderam uma viagem a Minas Gerais e nas cidades antigas mineiras eles encontraram aquilo que procuravam. Monumentos e núcleos urbanos abandonados, mas que mantinham sua integridade estilística original, contavam a história e refletiam a tradição almejada. Ouro Preto foi o grande ancoradouro dos modernistas. Aqui estavam o berço da nossa “memória”, à conformação de nosso perfil civilizado (SIMÃO, 2001, p. 28).

Com esse contato e olhar sensível sobre aqueles lugares abandonados, Minas Gerais se tornou alvo da preocupação com a proteção de seus monumentos, e em 12 de Julho de 1933, Ouro Preto foi elevada à categoria de Monumento

Nacional²⁹, isso anterior à criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Este se deu pelo decreto lei nº 25 de 30 de Novembro de 1937, construído com base no anteprojeto de Mário de Andrade, que esteve presente em todo processo juntamente com Rodrigo M. F. de Andrade. O decreto define o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico. (DECRETO LEI nº 25, 30 de novembro de 1937, art. 1).

No Congresso Nacional alguns projetos esbarravam numa problemática comum até os dias atuais: o direito de propriedade *versus* preservação do patrimônio³⁰

Diante dessa conjuntura, já em 1938, Cachoeira também se torna alvo das ações preservacionistas do então SPHAN, com o tombamento do Conjunto do Carmo, seguido da Igreja da Matriz e outros.

Carlo Lemos (1985) faz uma reflexão sobre o projeto de Mário de Andrade. Segundo o autor, o projeto e toda a sua pretensão foi compatível à riqueza cultural do país, porém no que se refere ao momento de construção de um sistema de preservação do patrimônio, a ideia de Mário entraria numa questão complexa:

O recém-instituído SPHAN não poderia mesmo abrir imenso campo de obrigações preservacionistas, sendo oportuna uma restrição ligada ao “interesse público” nas suas atribuições funcionais, principalmente a vista das várias implicações jurídicas que fatalmente surgiriam no tocante ao direito de propriedade relativo a bens móveis que, com certeza, iriam sobrepujar sobremaneira em quantidade os bens imóveis. Não só problemas jurídicos, mas também de fiscalização, de conservação, de guarda, de documentação, de classificação, que hoje ainda não sabemos como resolver com correção administrativa e êxito garantido. (LEMOS, 1985, p. 43).

É importante perceber essa configuração de um problema que já surge juntamente com a criação do órgão de preservação nacional, e que Carlos Lemos coloca de forma muito objetiva. A complexidade do patrimônio cultural brasileiro não

²⁹ Decreto nº 22.928 de 12 de Julho de 1933

³⁰ Mais informações históricas ver FONSECA, 2005.

seria comportada por um serviço nacional ainda em formação, muitos passos e atualizações se fariam necessários, e continuam sendo assim. Porém, é inegável o grande feito que todo esse movimento representou, bem como a forma que marcou a construção de uma nova expressão artística nacional e a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

O SPHAN privilegiou a proteção do patrimônio imóvel, o dito “patrimônio e pedra e cal”, por meio do tombamento. Os critérios adotados, segundo Fonseca (2005, p. 109), “[...] eram sustentados não tanto por estudos e pesquisas, pouco acessíveis à opinião pública, mas pela autoridade dos agentes e da instituição que respondia pelos tombamentos”.

Nesse contexto, a cidade de Cachoeira encontrava-se num momento de estagnação econômica e evasão de moradores em busca de melhores oportunidades de trabalho, houve abandono de alguns casarões. Aqueles que continuavam na cidade buscavam soluções. Os jornais do século XX comprovam a voz ativa dessa sociedade cachoeirana. Rico em matérias e notas que tratam sobre o momento histórico, a exemplo da imagem abaixo.

Figura 4 – Jornal "A Cachoeira", 05/07/1972



Fonte: Arquivo Público de Cachoeira Bahia

Essa matéria encontrada no jornal “A Cachoeira”, de 05 de Julho de 1972, carrega o título “Cachoeira capital da Bahia: A pobreza e o atraso devem ser banidos das terras ricas da Cachoeira Heroica”. Em seguida mais dois destaques: “Salve o sesquicentenário da independência brasileira conquistado nas lutas pioneiras da Cachoeira” e “O progresso e o destino de Cachoeira”. Esse título de capital da Bahia,

que faz menção ao pioneirismo nas lutas pela independência, reafirma o discurso de glória que parece legitimar a relevância local, especialmente em termos históricos e simbólicos. O dia 25 de Junho é comemorado como “Cachoeira Capital da Bahia” e faz referência às lutas ocorridas na cidade em prol da conquista pela Independência do Brasil e a Proclamação de Dom Pedro II como imperador. A data antecede o 2 de Julho que é comemorado na Bahia a independência. Todos os anos os cachoeiranos comemoram essa data com festas populares e o desfile cívico. No ano de 2007 a comemoração foi oficializada pelo Governo Estadual pela lei 10.695³¹. A obra³² de Antônio Parreiras faz referência a esse momento.

FIGURA 5 – Primeiro Passo Para A Independência – Óleo Sobre Tela Antônio Parreiras – Atualmente Sob A Guarda Do Palácio Rio Branco, Salvador Ba.



Fonte: < <http://vapordecachoeira.blogspot.com/2011/06/parreiras-esteve-em-cachoeira-para.html> >

Fotógrafo: José Ribeiro

O jornalista Jorginho Ramos 2009, autor do blog Vapor de Cachoeira, afirma em sua página que:

Parreiras, o maior pintor histórico do Brasil, esteve em Cachoeira em 1928 para recolher impressões e elementos que o ajudassem a

³¹ A lei 10.695 autoriza o Poder Executivo a transferir a sede do Governo da Bahia para a cidade de Cachoeira no dia 25 de junho.

³² Imagem disponível no endereço eletrônico <http://vapordecachoeira.blogspot.com.br/2011/06/>

elaborar o quadro, encomendado pelo governador Vital Soares. A obra tornou-se uma espécie de ícone das lutas que se travaram no Recôncavo Baiano na guerra pela Independência do Brasil.

Sobre o comentário de “maior pintor histórico do Brasil”, Jorginho Ramos faz referência ao fato do artista ter sido eleito pela crítica, em 1925, como “o maior artista do país”³³ durante o Grande Concurso Nacional, da revista Fon-Fon. O fato é que essa memória que permeia o imaginário do povo cachoeirano, descrita aqui até então, está sobre as bases de um nacionalismo e de uma identidade oficial, construída e comunicada como o legado desse povo. Certo que este é um legado dentre outros tantos existentes nessa sociedade.

É visto que esse imaginário popular sobre a relevância de Cachoeira para a Bahia e para o Brasil está, neste momento, pautado numa fala que saúda os feitos oficiais de lutas pela independência do país perante o domínio português e que tem a figura de Dom Pedro II como imperador.

Para entender a construção da cidade de Cachoeira enquanto uma cidade histórica – ou talvez, num trocadilho com Argan (2005), a construção da Cachoeira imaginada – é preciso entender o que compõe a formação dessa identidade. Não é apenas narrar os fatos históricos conhecidos, mas tecer uma reflexão sobre eles. No caso aqui tratado, importa observar a formação desse imaginário popular que culmina no entendimento do que se tem hoje como Cidade Histórica e Monumento Nacional, dentre outros títulos. Nesse quesito, um passo inicial reside em pensar esse sentimento identitário e o processo de construção. Como foi abordado acima, comprovado pelos jornais cachoeiranos do início do século XX, o pensamento predominante sobre a cidade de Cachoeira estava baseado nos relatos de lutas travadas em vários momentos, com destaque à luta pela independência.

A memória social que se forma neste lugar e a transmissão dessas memórias por meio da oralidade reforçam as identidades individuais que se visualizam dentro da coletividade, e aí residem os processos de negociação das diferenças neste espaço. Isso não significa que essas negociações sejam algo natural, pacífico e resolvido, mas se configuram naquele espaço de encontro que Serpa (2010) entende enquanto “espaço onde se centraliza as criações humanas” e que, por consequência, precisam negociar suas diferenças. Mas o que dizer dessa

³³ Mais informações <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=2490>

memória coletiva retratada nos documentos datados da primeira metade do século XX em Cachoeira?

2.3 A FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES EM CACHOEIRA

Como mencionado durante todo esse capítulo, a relevância local para o Estado da Bahia e para o país alicerçou a formação de um patrimônio cultural e de uma memória coletiva de reconhecido valor simbólico e documental, frutos de um complexo conjunto de saberes intercambiados neste cenário. No entanto, essa construção de símbolos é configurada a partir de uma perspectiva político-nacional que, assim como outros Estados, necessitava criar o sentimento de pertencimento. As lutas pela independência, tão exaltadas na história de Cachoeira, haveriam de ter como base uma autoestima coletiva de reafirmação da sua importância e autonomia enquanto lugar.

Nessa perspectiva, a ideia de nação, basicamente alicerçada sobre a existência de elementos em comum identificáveis – uma língua, um território, a bandeira e o hino nacional – constitui parte influente na construção do imaginário popular.

Joseph Jurt (2012) comenta sobre a construção dessa necessidade de criação dos símbolos nacionais e cita a lista de elementos que Anne-Marie Thiesse (1999) afirmava serem utilizados na criação das identidades nacionais:

Uma história estabelecendo a continuidade com os grandes ancestrais, uma série de heróis emblemáticos das virtudes nacionais, uma língua, monumentos culturais, um folclore, lugares simbólicos e uma paisagem típica, uma mentalidade particular e, por fim, a autora cita 'representações oficiais: o hino e a bandeira' (THIESSE, 1999:14, *Apud*, Jurt 2012, p. 471).

Jurt, baseado em J. M. de Carvalho conclui que:

Aos símbolos nacionais cabe uma função central, uma vez que visualizam de modo marcante os valores e os conteúdos da autodefinição política de uma comunidade, através dos quais os cidadãos conhecem e reconhecem sua identidade política. Por intermédio destes símbolos onipresentes e facilmente identificáveis, ‘formam-se as almas’, para retomar uma expressão do historiador brasileiro José Murilo de Carvalho (1990). (JURT, 2012, p. 471).

A reflexão de Jurt, sobre os símbolos nacionais, já na época do Império, mostra as divergências existentes durante a construção da bandeira nacional. Ele argumenta que nesse período, em que o imperador era o símbolo mais importante, há uma relativa limitação dos símbolos nacionais. Nessa perspectiva ainda, o Exército é posto como “garantia da integridade nacional”, adquirindo uma relevância simbólica. Fica claro que a formação desse imaginário heroico do lugar, tão presente em Cachoeira, não é uma construção fluida e desinteressada. Sua construção se dá sobre processo de criação de um sentimento de pertencimento a partir das tendências imperiais da época.

Em seguida, durante a República, por sua vez, tem-se a criação de uma alegoria feminina e do herói nacional. Sobre isso Jurt comenta:

A figura de Tiradentes permitia ligar vários temas: a abolição da escravidão e a criação da República, o passado e o presente. Através desse processo de sacralização, o herói deixara de ser o protagonista somente dos republicanos radicais. (JURT, 2012, p. 501).

Como a região atingiu o seu ápice econômico no período do império, as exaltações heroicas de figuras ligadas às lutas pela independência, além da participação em outros conflitos, são fortalecidas neste momento pela construção, de um sentimento de unidade territorial independente de Portugal. A relevância sobre os feitos cachoeiranos obedecia aos direcionamentos da então capital nacional – o Rio de Janeiro.

Alguns nomes são destacados como “Cachoeiranos ilustres”. Souza (1972, p. 47) listou esses habitantes, presentes na memória da sociedade cachoeirana até os dias atuais, seriam alguns deles: Rocha Pita (importante historiador brasileiro do século XVIII); José dos Santos Barreto (Autor do Hino 2 de Julho); Ana Néri (participou da guerra do Paraguai como enfermeira); Fonseca Lessa (médico e

escritor brasileiro, serviu no corpo de Saúde do Exército); Teixeira de Freitas (um dos nomes em destaque na história do Direito no Brasil); Prisco Paraíso (político, foi deputado provincial, Ministro da Justiça, ingressou no senado, foi Conselheiro do Estado); Augusto Púlio (político que atuou na Assembleia Legislativa do Estado e na Câmara Federal); Maria Quitéria (militar, vestiu-se de homem para participar das lutas pela Independência); Simões Filho (político, jornalista e empresário, fundador do jornal A Tarde); dentre outros muitos nomes predominantemente ligados ao poder do Estado e da elite. Além disso, as tradicionais igrejas de Cachoeira, e as diversas irmandades que as compõem, são também parte integrante dessa construção imaginária sobre a cidade. Para Souza (1972, p. 27), “Outra cidade do interior baiano não existe que possua número igual de templos como a Cachoeira”.

O início do século XX conta com a atenção de intelectuais sobre o risco de perda dos monumentos de arte colonial. De acordo com Maria Fonseca (2005), houve algumas iniciativas por parte dos governos estaduais com a criação de Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos em Minas Gerais (1926), na Bahia (1927) e em Pernambuco (1928). O movimento modernista brasileiro se propôs a criar uma nova arte que representasse o Brasil, tendo como missão “a construção de uma tradição brasileira autêntica” (Fonseca, 2005, p.91). O potencial crítico da literatura é tomado como aporte pelo movimento modernista brasileiro, bem como sua função social. Cria-se uma nova arte, brasileira, composta por elementos culturais sobre a nação. Como já mencionado aqui, a viagem dos modernistas a Minas Gerais, o contato com os núcleos urbanos abandonados foi fundamental ao estudo da memória social brasileira.

Tem-se como uma característica marcante da configuração espacial das cidades históricas brasileiras, a tipologia de parcelamento do solo. Cidades coloniais como Cachoeira, carregam as seguintes características:

[...] logradouros estreitos, testadas pequenas correspondendo a lotes muito estreitos e compridos, implantação das edificações no alinhamento das ruas e sem afastamentos laterais, grandes quintais aos fundos dos terrenos, que em seu contexto tinham significado e não possuíam caráter depreciativo pois respondiam as necessidades da época e resultavam em edificações com boas qualidades ambientais e estruturais. (SIMÃO, 2001, p. 39).

Eis uma característica muito comum das residências cachoeiranas, assim também é fácil encontrar construções posteriores nesses quintais, mantendo logicamente o estilo das casas.

Essas construções nos quintais são, em sua maioria, datadas do século XX, em que a formação da estrutura cotidiana doméstica já difere daquela anterior (século XIX).

No tocante à preservação desses prédios que compõe o patrimônio arquitetônico de Cachoeira, uma problemática que surge desde a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional consiste nos questionamentos acerca dos direitos de propriedade dos imóveis, questões que continuam sendo tema de divergências para os moradores dessas cidades. Mesmo assim, o anteprojeto elaborado por Mário de Andrade a pedido de Gustavo Capanema, expunha as diretrizes de preservação e a proposta de criação de um setor responsável. A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN se deu pelo Decreto Lei nº 25 de 30 de Novembro de 1937. A questão do direito de propriedade continuou sendo o principal ponto de embate para a garantia de funcionamento do órgão ainda em construção. Analisando esse aspecto Fonseca destaca que:

A preocupação, nesse caso, não era com o aspecto conceitual ou com o organizacional, que já teria sido equacionado no anteprojeto, mas com recursos operacionais que fossem não só legais como também reconhecidos como legítimos. A conceituação de patrimônio, propositalmente deixada em aberto, tinha, porém, um limite em relação ao anteprojeto: para viabilizar a proteção legal era necessário referir-se a coisas (“bens móveis e imóveis”), o que marcava a inadequação do instrumento proposto – o tombamento – para proteger manifestações folclóricas, como lendas, superstições, danças dramáticas, etc. (FONSECA, 2005, p. 104-105).

O decreto define o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como:

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico. (DECRETO LEI nº 25, 30 de Novembro de 1937, art. 1).

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN privilegiou a proteção do patrimônio arquitetônico, utilizando-se do tombamento, enfocando a prática de conservação e restauração, além de tratar das questões sobre o direito de propriedade. A prioridade foi dada aos monumentos e objetos de arte colonial. Nesse período, Cachoeira esteve no alvo das ações de tombamento do SPHAN, que naquele momento tombou alguns imóveis localizados no centro da cidade. De acordo Maria Rodrigues:

[...] em 1938 ocorreu o tombamento do Conjunto do Carmo (composto pela Igreja do Carmo, Convento e a Casa de Oração da Ordem Terceira) que pela riqueza arquitetônica e artística foi registrado nos Livros Históricos e de Belas Artes (FLEXOR, 2007). Posteriormente foram tombados a Igreja da Matriz de Nossa Senhora do Rosário em 1939. Imóvel nº 34 na rua Sete de Setembro em 1941 e Imóvel nº 17 na Rua Benjamin Constant em 1943. (RODRIGUES, 2009, p. 04).

Em 1971 Cachoeira foi tombada como Conjunto Arquitetônico e Paisagístico, deixando, portanto, de ter apenas alguns imóveis isolados sob a proteção legal.

Este momento, que compreende a década de 70, efetivou uma noção mais abrangente a respeito do patrimônio. O olhar voltou-se ao conjunto que compõe a paisagem, passou a definir a questão do patrimônio arquitetônico de um modo mais abrangente, que compreende não só um imóvel e/ou outro isolado, mas a paisagem e a harmonia que o compõe – o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico –. O Compromisso de Brasília (1970), que exerceu influência sobre esse processo, também aborda, dentre outras questões, a necessidade de criação de órgãos estaduais e municipais, articulados com os Conselhos Estaduais de Cultura e com a DPHAN – então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – no intuito de atuarem sobre a proteção dos patrimônios culturais regionais, considerando ainda a relevância da educação patrimonial. De acordo ao documento:

Sendo o culto ao passado elemento básico da formação da consciência nacional, deverão ser incluídas nos currículos escolares, de nível primário, médio e superior, matérias que versem o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas e pré-históricas, das riquezas naturais, e da cultura popular [...] (COMPROMISSO DE BRASÍLIA, 1970, p. 02).

Outro documento produzido no país, no ano de 1971, foi o Compromisso de Salvador, que entende a preservação de conjuntos urbanos, paisagísticos e arquitetônico de valor cultural como um objeto de criação de legislação complementar – segundo recomendado no texto. Como resultado, houve a criação do Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas - PCH, em 1975. Segundo Simão (2001, p.36) o PCH “vem refletir, politicamente, a necessidade de encarar as cidades possuidoras de um acervo cultural como organismos dinâmicos”.

Essa preservação de conjuntos arquitetônicos acaba por trazer à tona o fenômeno da formação de centros históricos, ou poder-se-ia dizer, de um recorte urbano que “parou no tempo”, enquanto o restante da cidade modernizou, fato especialmente visualizável no caso das metrópoles.

No âmbito internacional, considerando o valor cultural dos núcleos urbanos e levando em conta os riscos de degradação e descaracterização destes lugares, o Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios – ICOM, em 1987, redigiu a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, que “define os princípios e objetivos, os métodos e os instrumentos de ação adequados à salvaguarda da qualidade das cidades históricas [...]”. A Carta teoriza e tenta solucionar, por meio do planejamento de salvaguarda e outras ações, conflitos que envolvem a gestão do patrimônio urbano. De um modo geral, planejar as cidades e bairros históricos requer estudos pluridisciplinares, manutenção dos conjuntos arquitetônicos visando a sua conservação e também a qualidade de vida dos habitantes.

No contexto museológico, esse período foi marcado pelo Movimento da Nova Museologia, com suas transformações acerca das abordagens sobre o objeto de estudo da Museologia. Com o desprendimento do enfoque absoluto sobre as coleções tradicionais e os patrimônios da nação, e a observação de noções amplificadas de cultura e de patrimônio, a Museologia passava por um processo de renovação de seus princípios e práticas.

Cachoeira contou com o tombamento do conjunto arquitetônico paisagístico, e com a presença dos escritórios técnicos do IPHAN e do IPAC³⁴.

Marcada pelas tradições, Cachoeira não perdeu o status de lugar selecionado para a fruição da história. Como um âmbito museológico, que coloca o

³⁴ Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural

ser humano em contato com sua realidade, a refletir o fato museal posto por Waldisa Rússio³⁵. No meio social, dentre reafirmações da identidade pautada nas construções de heroísmos do tempo imperial, e também nas fragilidades expressas pelos questionamentos sobre a utilidade da preservação a barrar o suposto progresso, Cachoeira encerra o século XX marcada pela ressignificação de suas lutas.

Para Flexor:

Mas surgiu, no início do século XXI, partindo de Salvador, a iniciativa de restabelecer esse vínculo ou, talvez, de devolver ao Recôncavo aquilo que por origem lhe pertencia. Iniciou-se na Universidade Federal da Bahia um movimento para a criação de uma universidade no Recôncavo, com sede na Escola de Agronomia de Cruz das Almas. A Lei 11.151, de 29 de julho de 2005, criou a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como desmembramento da já citada Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, com sede e foro na cidade de Cruz das Almas – e unidades instaladas também nos municípios de Amargosa, Cachoeira e Santo Antônio de Jesus. É uma autarquia com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-pedagógica, nos termos da lei e de seu estatuto. (FLEXOR, 2007, p. 32).

Esse período mencionado por Flexor foi vestido de uma expectativa coletiva e de um estímulo local em vislumbrar a retomada de um lugar dinâmico, onde o cotidiano constitui-se de acontecimentos relevantes. Marcada também pela participação popular, com o protagonismo de grupos de liderança na cidade que idealizaram a chegada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para Cachoeira, inicia-se um novo tempo para a cidade de Cachoeira. Ainda de acordo a Flexor:

Considerando a importância histórica de Cachoeira e de seu patrimônio arquitetônico, a unidade universitária ali instalada é constituída pelos cursos de História, de Museologia e de Comunicação.

A decisão de se estabelecer em Cachoeira um Campus da Universidade Federal do Recôncavo sustenta-se na importância de seu patrimônio artístico e cultural, na convicção de que um estímulo mútuo será desencadeado. E tanto a cidade quanto a universidade terão maior visibilidade. Resta fazer votos para que a instituição – ao atrair estudantes, professores, funcionários – propicie um novo clima de efervescência cultural e também econômica, com o crescimento

³⁵ Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, em diálogo com os estudos de Durkheim, na Sociologia, faz um paralelo com o “fato Social” definido por este autor, e constrói o “fato museal” para teorizar os estudos museológicos sobre a relação do homem, sujeito que conhece, com a realidade à qual ele pertence.

do comércio, do mercado imobiliário, do setor de serviços. E que revitalize o turismo em Cachoeira. (FLEXOR, 2007, p. 34).

Essa previsão posta por Flexor em 2007 não fugiu da realidade que foi se estabelecendo nos anos seguintes. A consolidação do perfil museal de Cachoeira, oficializado pelos títulos de heroica e de monumento nacional, atrelado às memórias e às peculiaridades locais solidificou o valor central para justificar a necessidade de uma ação do Estado em prol de uma reconfiguração subjetiva da cidade. Através do conhecimento formal e dos compromissos de pesquisa e extensão que compõem as universidades federais, além do momento político propício a criação de universidades públicas, a cidade heroica encontrou um portal para novas abordagens.

Outras cidades circunvizinhas que não estiveram no alvo da política de preservação do patrimônio cultural, não necessariamente alcançaram o suposto progresso e desenvolvimento econômico defendido por alguns indivíduos, o que fragiliza a ideia popular de que esse suposto progresso se opõe à condição de cidade preservada. Mais a frente será retomada essa discussão.

É plausível pensar que a gestão de cidades preservadas deve - ou deveria - contar também com uma posição mais atuante do poder público municipal. Atividades conjuntas entre as três esferas - Federal, Estadual e Municipal - possibilitam a eficácia do trabalho em torno da preservação. Em especial a gestão municipal - que lida com o dia a dia e as especificidades do local ao qual é responsável -. No entanto, na grande maioria dos casos, dão prioridades a outras questões também importantes, atribuindo as responsabilidades da preservação - e das ações sociais e educativas que são partes desta - à competência predominante, quase exclusiva, das esferas estadual e federal. Nesse aspecto, o Plano municipal de Cultura de Cachoeira, construído no ano de 2014, considera que:

A cidade de Cachoeira tem uma formação histórica caracterizada pelo encontro das culturas indígenas, africanas e europeias, com a forte presença dos colonizadores portugueses principalmente na sua arquitetura, e posteriormente, ao longo dos últimos séculos, de migrantes das mais diversas nacionalidades. A cena cultural cachoeirana é resultante desse processo histórico e as políticas públicas devem buscar prioritariamente fortalecer a sua identidade como cidade multicultural, valorizando todas as expressões culturais tendo como meta estratégica para os próximos 10 (dez) anos consolidar Cachoeira como principal polo da produção cultural no

interior do estado da Bahia. (PLANO MUNICIPAL DE CULTURA, 2014, p. 11).

E de acordo a informações no site do IPHAN:

A área tombada possui, aproximadamente, 670 edificações. O conjunto arquitetônico - formado na sua maioria por edifícios do século XVIII e XIX - caracteriza-se pela tendência neoclássica que, no século XIX, influenciou a construção de novos prédios e reformou os antigos. Este patrimônio também inclui edificações do século XVII. As formas de apropriação do sítio transformaram a cidade em um bem de relevantes qualidades paisagísticas.

O Plano Municipal de Cultura de Cachoeira carrega em seu conteúdo uma visão ampla da realidade cultural atual do município, descrevendo de forma diagnóstica, cada setor cultural. A respeito do “Patrimônio Histórico – cívico – cultural” o texto remonta à memória dos feitos heroicos que marcaram a participação da cidade no perfil de construção nacionalista da época, baseado nas lutas pela independência e na figura de D. Pedro I como símbolo.

Sobre o Patrimônio cultural o texto descreve:

Cachoeira possui um riquíssimo patrimônio cultural, gerado pelo hibridismo etnográfico, racial, social e religioso desde a sua formação. O seu patrimônio, constituído pelos bens tangíveis e intangíveis, tem seu significado preservado em função do seu patrimônio cultural representado por seu povo, comércio, artes, religião, culinária, manifestações culturais, grandes festas e celebrações, os quais asseguram a preservação e dão sentido às suas ruas, becos, ponte, praças, igrejas, feira livre e mercado. Toda essa riqueza cultural, marcada pela grande diversidade, sobrevive graças à força e à resistência dos grupos sociais que lutam para preservar as suas identidades culturais, através da prática de costumes e cultos de suas crenças e valores. (PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE CACHOEIRA, 2014, p. 42).

No texto, vê-se a continuidade do reconhecimento simbólico sobre as glórias da época do império, marcados pela imagem heroica do povo cachoeirano. Isso agora acrescido da ideia antropológica de cultura que marca a elaboração de divisões conceituais a nível didático para classificação dos patrimônios – material, imaterial, móvel, imóvel, artístico, cultural, dentre outros –. Além disso, relaciona a

relevância do conjunto arquitetônico que justificou a conversão da cidade a Monumento Nacional em 1971 pelo Decreto Lei nº 68.045.

O texto trata sobre a urgência da necessidade de se instituir a política de Educação Patrimonial, no desenvolvimento do Turismo Cultural local e o estreitamento do diálogo com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Esse estabelecimento de uma política de educação patrimonial nas escolas remonta àquela ideia iniciada na década de 70, quando a cidade é tombada como conjunto arquitetônico e paisagístico, e entende a relevância da institucionalização de um conjunto de ações voltadas a educação patrimonial nas escolas.

Dentre os planos estratégicos, o plano 3 refere-se ao “Patrimônio e Arquitetura”, utilizando-se de 11 estratégias em prol do objetivo geral de “valorização, preservação, restauro e difusão do patrimônio cultural”, a saber:

1. Implementar nas políticas de proteção e promoção do patrimônio cultural as recomendações da Agenda 21 da Cultura e da Convenção da UNESCO sobre Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.
2. Realizar estudos para viabilizar a candidatura de Cachoeira, junto a UNESCO, ao título de Patrimônio da Humanidade na categoria de Paisagem Cultural. Articular com o Ministério da Cultura através do IPHAN a elaboração conjunta da justificativa, preparação da documentação técnica e defesa do pleito junto a UNESCO.
3. Promover ações de salvaguarda do Samba de Roda, das Filarmônicas, do S. João Feira do Porto, da Irmandade da Boa Morte, e da Festa de N. Sra. d’Ajuda, como patrimônios imateriais, em parceria com o Governo Federal, Estadual e iniciativa privada.
4. Realizar mapeamento do patrimônio material e imaterial de Cachoeira, com vistas à ampliação, consolidação e divulgação do Cadastro Cultural.
5. Criar a Lei do Tombamento Municipal de Bens Culturais (Material e Imaterial), bem como consolidar ações de salvaguarda, em parceria com o Governo Federal, Estadual e iniciativa privada.
6. Criar mecanismo de incentivo, através de renúncia fiscal ou outros instrumentos, para proprietários de bens culturais imóveis de reconhecido e destacado valor cultural, que promovam sua conservação física, contribuindo para a preservação do patrimônio construído de Cachoeira.
7. Desenvolver programas de despoluição sonora e visual da Cidade.
8. Estimular a criação de um Curso Permanente de Conservação e Restauro do Patrimônio Histórico, Religioso e Arquitetônico, a ser

desenvolvido por profissionais de reconhecido valor, em parceria com o IPHAN, UFRB, UFBA, IPAC e outras instituições de competência.

9. Reconhecer, através de inventário ou registro, as festas religiosas, de importância cultural, como patrimônio imaterial do Município.

10. Promover Festivais e Encontros Regionais de Cultura Popular, em parceria com outras instituições.

11. Implementar políticas públicas voltadas para as manifestações culturais que estão em processo de declínio, especialmente o Trança Fitas, o Bumba Meu Boi, Terno de Reis e o Maculele, assegurando maior visibilidade, reconhecimento, continuidade e consequentemente salvaguarda destes bens.

(PLANO MUNICIPAL DE CULTURA, 2014, p. 69-70)

Esses planos dispostos nos documentos legais que norteiam o funcionamento da Secretaria da Cultura e Turismo do município, trazem esse reconhecimento legal do compromisso do poder público municipal sobre a preservação do patrimônio cultural cachoeirano, traçando de forma sequencial as estratégias fundamentais para nortear projetos de gestão deste setor.

2.4 A GESTÃO MUNICIPAL E A CIDADE HISTÓRICA

Como exposto acima, o planejamento das ações em prol do patrimônio cultural cachoeirano está inserido num contexto de articulações desenvolvidas no âmbito da Secretaria de Cultura e Turismo. O setor, que a cada gestão conta com uma soma de reconfigurações, mostra-se assentado sobre uma base inicialmente frágil, numa realidade de um longo tempo de inexistência, com posterior processo de construção e formulação de identificação do universo cultural local, imerso em sua complexidade, e obtenção de experiências no trato com esse universo subjetivo a ser apreendido.

O quadro abaixo, extraído do site do IBGE, expõe uma pesquisa básica sobre a Política Municipal de Cultura, em que apresenta a existência ou não de planos focados em fins específicos.

FIGURA 6 - Política Municipal de Cultura de Cachoeira

POLITICA MUNICIPAL DE CULTURA	
Política municipal de cultura – Existência	Sim
Principais objetivos da política municipal de cultura:	
Tornar a cultura um dos componentes básicos para a qualidade de vida da população	Não
Ampliar o grau de participação social nos projetos culturais	Sim
Dinamizar as atividades culturais do município	Sim
Integrar a cultura ao desenvolvimento local	Sim
Preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural	Sim
Descentralizar a produção cultural	Não
Garantir a sobrevivência das tradições culturais locais	Não
Democratizar a gestão cultural	Não
Outros	Não
Nenhum dos itens citados	Não

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Suplemento de Cultura – 2014

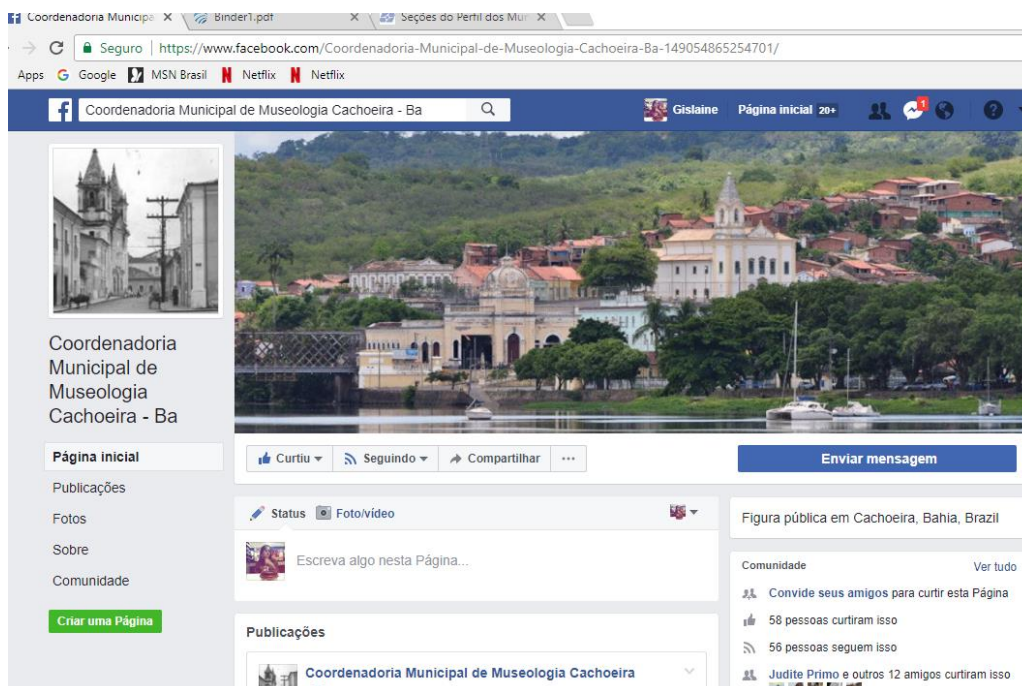
É possível observar que, até o ano de 2014, segundo a constatação do IBGE, ainda não haviam sido identificados alguns pontos em benefício da cultura. Porém, no que tange à dinamização das atividades culturais de vivências desse universo patrimonial, a ampliação da participação popular e a preservação do patrimônio cultural são quesitos contemplados na política de cultura do município.

Essa tabela, que antecede a publicação do Plano de Cultura do Município, permite o acesso a informações em nível formal. No entanto, no plano atuante, é

possível identificar algumas ações que não estão mencionadas no documento escrito.

No ano de 2012, no início da gestão do prefeito Carlos Pereira, foi comunicada a criação da Coordenadoria Municipal de Museologia da³⁶ Cachoeira, a cargo da Secretaria de Cultura. Sem dúvidas uma conquista para a cidade, e também para os profissionais da Museologia. A imagem a seguir consta a página criada numa rede social a fim de aproximar esse setor do público e divulgar suas ações.

Figura 7 – Página em Rede Social



Fonte: < <https://www.facebook.com/coordenadoriamunicipal.cachoeira> >

Uma dessas ações, datada da fase inicial do seu funcionamento, a Coordenadoria de Museologia organizou o evento intitulado “Encontro do Patrimônio Cultural de Cachoeira e sua Importância no Contexto Museológico”.

³⁶ O uso da preposição “da” faz referencia ao título de Heroica. Por exemplo: “Prefeitura Municipal da Cachoeira”.

Figura 8 – Cartaz de Divulgação



Fonte: < <https://www.facebook.com/coordenadoriamunicipal.cachoeira> >

Com o objetivo de “[...] debater os temas citados junto com a comunidade, tendo como perspectivas a construção do planejamento Museológico a partir das instituições culturais de Cachoeira”, o evento que ocorreu no auditório do Centro de Artes Humanidades e Letras - CAHL da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB contou com a presença da comunidade, e em sua maioria o público universitário, especialmente os professores e estudantes do curso de Museologia. A programação deu conta de debater os seguintes temas³⁷:

- Abordagens Museológicas na cidade de Cachoeira: desafios e perspectivas;
 - O Patrimônio Natural de Cachoeira: valorização e sustentabilidade;
 - O Patrimônio Material de Cachoeira: processo histórico e demandas atuais;
 - Patrimônio Imaterial de Cachoeira: panorama atual e contribuição a partir de abordagens museológicas
 - Gestão e planejamento do patrimônio cultural de Cachoeira.
- (COORDENADORIA MUNICIPAL DE MUSEOLOGIA DE CACHOEIRA, 2013).

³⁷ Informação extraída da publicação em rede social. Disponível no link <https://www.facebook.com/149054865254701/photos/a.151188008374720.1073741827.149054865254701/151587211668133/?type=3&theater>

Apesar de constituir-se enquanto uma ação inovadora, a coordenadoria municipal de museologia não é mencionada no Plano de Cultura citado aqui. Esse Plano, construído durante essa mesma gestão, aponta de forma diagnóstica todas as linguagens culturais da cidade, reportando-se sobre o setor museal de forma pontual, focada em ações a serem realizadas. Não foi encontrada, a partir dessa leitura, definições sobre o setor museológico.

Além disso, é importante destacar a existência do Conselho de Museologia, dentre outros dois – o Conselho de Cultura e o Conselho de Turismo – os quais contam com a participação de vários atores sociais. Apesar de na gestão atual não existir mais a coordenadoria de Museologia, o referido Conselho continua ativo.

A fim de entender a realidade atual do trato municipal sobre o patrimônio cultural da Cachoeira³⁸, se fez conveniente o estabelecimento de uma conversa com representantes desses setores mencionados acima, especialmente pelo fato de já haver detectado aqui uma fragilidade da fonte documental.

A partir disso, dois representantes foram contatados, a coordenadora do referido Núcleo de Instituições Museológicas – ou Coordenadoria Municipal de Museologia – Lisânia Amorim, e o atual secretário de cultura e turismo, Cleydson do Rosário, para uma entrevista sobre as atuais ações municipais sobre a preservação e difusão do patrimônio cultural cachoeirano.

De forma solícita, o secretário se dispôs em sua residência para responder os questionamentos postos. Antes de tudo, mostrou-se enquanto cachoeirano possuidor de uma identidade cultural baseada num sentimento de pertencimento muito comum entre os cachoeiranos. Turismólogo de formação, educador e sensível às questões patrimoniais, o secretário iniciou o bate papo apresentando a conjuntura histórica na qual se insere a criação da Secretaria. Sendo ele um dos responsáveis pela criação da Secretaria de Cultura e Turismo, e responsável por outros projetos do período de criação, após contextualizar a realidade municipal, tocou num assunto relevante na aplicabilidade do pensamento patrimonial: a educação patrimonial como componente curricular do ensino fundamental. Perguntado sobre a existência de

³⁸ É muito comum encontrar o termo “da Cachoeira” ao invés de “de Cachoeira”. Isso se deve ao título de “A Heroica Cachoeira”, sendo, assim, uma abreviação da referencia ao título conquistado no século XIX.

alguma implantação de um projeto de educação patrimonial no passado, Cleydson responde³⁹:

Se houve, foi muito incipiente. Trabalhando, como eu falo, em um tema transversal em um dado momento. Por que se falar em 13 de março pontualmente, como até hoje querem continuar fazendo, ou se falar pontualmente no 25 de junho em sala de aula, e exigir dos meninos uma apresentação de trabalho, um relatório ou uma feira de arte, tendo como ponto chave essas datas que pra a gente são representativas, é uma forma de você levar educação patrimonial para a escola. Mas o que não era mais condizente era você trabalhar isso de forma pontual. A gente precisava ser mais incisivo, né? Ter uma periodicidade maior. E aí levamos a disciplina para a sala de aula.

Eu tive em Brasília em Maio, e foi até objeto de monção e de aplauso lá por que foi a nossa contribuição na Carta de Brasília, no Encontro das Cidades Históricas e Turísticas, 330 cidades. E ai a nossa contribuição foi levar um pouco dessa expertise e socializar essa informação e fazer com que as outras cidades do Brasil se interessem pelo que a gente fez aqui e implementem a educação patrimonial também em suas cidades. Em Ouro Preto, Mariana, estão anos luz a frente da gente mas não tem educação patrimonial.

E para a sua pesquisa mais ainda por que foi justamente como cidadão e profissional da área de turismo que eu comecei a me incomodar com esse fato que é objeto de sua pesquisa. Por que é uma dicotomia, a gente tem tudo em Cachoeira, e ao mesmo tempo a gente não tem nada. Pela ignorância, e ignorância eu falo é a falta de conhecimento, bem como também a velha politicagem e ações lacunares.

Se você parar para analisar, em Cachoeira você tem os três poderes constituídos. Não é? Você tem uma Autarquia Federal, ligado ao Ministério da Cultura, que é o Escritório Regional do IPHAN; você tem uma Autarquia Estadual ligada a Secretaria de Cultura do Estado, que é o Escritório Técnico do IPAC, E aí o que é que acontece? Você nunca percebeu em Cachoeira uma ação conjunta. São ações lacunares. O IPHAN querendo fazer à sua forma, o IPAC vez ou outra faz à sua forma, a Secretaria de Cultura e Turismo à sua forma, mas ações lacunares, todos pensando em um dado momento num mesmo propósito, mas com metodologias distintas.

³⁹ Trecho da entrevista realizada com Cleydson, atual Secretário de Cultura e Turismo do município, no dia 25 de Julho de 2017, em Cachoeira BA

Nota-se, na fala do secretário, a existência de uma dificuldade de diálogo entre as esferas do poder no intuito de agir sobre o objetivo comum.

2.5 O CACHOEIRANO E O PATRIMÔNIO CULTURAL

Diante das informações trabalhadas nos tópicos anteriores, esse é o momento de dialogar sobre os principais agentes de formação e preservação do patrimônio cultural cachoeirano, sua sociedade.

A preservação dos bens, classificados por meio de vários termos para fins administrativos, tem como objetivo central a preservação dos sentidos que eles representam. Segundo Mário Chagas:

[...] a preservação de um aglomerado de bens tangíveis ou intangíveis não constitui por si só um patrimônio. É preciso que tanto o remetente quanto o destinatário dessa prática social reconheçam e agreguem valores a esse mesmo aglomerado de bens, que poderá ser transmitido de uma geração para outra (perspectiva diacrônica), como também poderá ser partilhado numa mesma geração (perspectiva sincrônica). (CHAGAS, 2003, p. 97).

Assim, em concordância com esse pensamento, e considerando o espaço urbano enquanto fruto da relação entre o homem e o meio natural, modificado e reconstruído a partir de suas necessidades, e composto por particularidades que definem a sua paisagem, não de serem consideradas nesse momento as subjetividades dos indivíduos que lidam com a cidade de Cachoeira, habitando, convivendo, reconstruindo e imaginando-a.

Para fins metodológicos, foi estabelecida uma pesquisa qualitativa, baseado em entrevista estruturada em três perguntas, com um público total de 40 pessoas, dividido em dois grupos: 20 moradores do centro tombado⁴⁰ e 20 moradores do bairro Tororó⁴¹.

⁴⁰ Nível rigoroso de tombamento.

⁴¹ Bairro localizado próximo ao centro, porém com interferência flexível em relação aos imóveis.

Figura 9 – Áreas



Fonte: <https://www.google.com/maps/place/Cachoeira>

As entrevistas foram baseadas nas perguntas a seguir:

1. Enquanto cidade histórica, como você avalia a cidade de Cachoeira?
2. Como você avalia a preservação do patrimônio cultural de Cachoeira?
3. Esse tombamento lhe afeta diretamente, parcialmente ou não lhe afeta?

As entrevistas tiveram a finalidade de identificar a percepção desses grupos sobre o contexto urbano ao qual se inserem, o nível de reconhecimento, a identificação de divergências e dificuldades em conviver com essa realidade, quais elementos materiais e imateriais eles identificam como relevantes e representativos da cultura e identidade local.

O objetivo foi criar um momento de diálogo, um canal de voz em que essas pessoas possam expor suas percepções acerca da realidade vivenciada. Dessa forma foi possível criar uma base de dados sobre da realidade estudada, sua análise e possivelmente propostas de ações museológicas para mediação entre patrimônio e comunidades.

3 VIVER NA CIDADE HISTÓRICA

Em Cachoeira, falar sobre preservação geralmente é um assunto a ser estendido. Seja em qualquer lugar da cidade, o cachoeirano sempre terá uma queixa a retratar sobre o “patrimônio” – termo que popularmente denomina os órgãos de preservação atuantes na cidade (IPHAN e IPAC). Parece óbvio o resultado de uma busca pautada no que o cachoeirano tem a falar sobre a condição de cidade histórica, mas essa suposta obviedade é diluída na complexidade do anseio popular em se buscar um caminho possível de diálogo acerca da realidade a qual se insere e sobre a qual busca intervir.

Em campo foi utilizada a observação e o uso de entrevistas com base num roteiro. Assim, as pessoas ali consultadas externaram as suas opiniões concernentes à temática aqui tratada. À medida que os assuntos sobre o cotidiano dos entrevistados iam sendo abordadas na conversa, suas percepções, seus entendimentos e reclamações foram compondo a base de dados a serem analisados aqui.

3.1 O BAIRRO TORORÓ

Localizado a cerca de 1 km do centro da cidade, o bairro Tororó foi escolhido para análise por se tratar de um território que se encontra próximo do centro tombado, mas não é diretamente afetado pelas restrições sobre a propriedade dos imóveis. Em termos de localização, o Tororó inicia-se após a rua lateral esquerda da Capela da Nova Cachoeira, no Bairro Caquende.

Para um levantamento inicial, as visitas à localidade passaram a ser frequentes. Algumas características foram registradas:

1. Bairro residencial;
2. Ocupação do solo irregular, com casas que avançam a área pública, o que obriga os transeuntes a andar na área destinada aos carros;
3. Ruas enladeiradas;

Figura 10 – Tororó



Fotografia: Acervo pessoal

Figura 11 – Tororó 2



Fotografia: Acervo pessoal

Figura 12 – Tororó 3



Fotografia: Acervo pessoal

Após essa observação inicial, alguns diálogos foram sendo estabelecidos com os moradores. Uma característica que se deu repetidamente foi o estranhamento sobre a aproximação, especialmente por parte das mulheres que por ora se mostraram mais resistentes ao diálogo. Intentando uma melhor aproximação, foi estabelecido um diálogo com um morador local, representante da Igreja Assembleia de Deus⁴², o senhor Antônio Carlos Conceição que, por sua vez, mostrou-se muito solícito e interessado em colaborar com a pesquisa. Sobre a cidade de Cachoeira ele comenta:

Eu vejo a cidade dessa forma, se eu não me engano a única cidade que no Brasil ficou conhecida, Cachoeira, ela governou o Brasil por 48 horas, quando a capital do Brasil era na Bahia. Então é em cultura rica, só que não é bem aproveitada. Avalio a preservação do patrimônio em Cachoeira de forma negativa por que se você vê a cultura hoje em Cachoeira é uma cultura, a gente vê a cidade é conhecida no Brasil todo, até fora do país a cidade é conhecida, mas aqui dentro a cultura é péssima, Cachoeira tem mais fama fora do que dentro.

Fica claro na fala de Antônio que existe uma dificuldade de reconhecimento local acerca desse patrimônio conhecido fora da cidade, especialmente figurado na

⁴² Vale salientar que a grande maioria dos moradores entrevistados são evangélicos e frequentam as igrejas locais (Assembleia de Deus e Adventista do Sétimo dia).

constante presença de turistas internacionais na localidade. A cultura, a história e o patrimônio oficiais, legitimados pelo tombamento, muitas vezes parecem permear um significado não tão claro.

Para entender o que as pessoas ali residentes pensam sobre essa condição de cidade histórica e como são afetados pelo tombamento, os moradores foram questionados sobre como eles analisam a preservação do patrimônio arquitetônico da cidade, se veem essa realidade de forma positiva, negativa ou indiferente, se identificam outros elementos da cultura local que carecem de maior atenção e valorização. As opiniões mostraram-se divididas, metade dos entrevistados entenderam que Cachoeira diferencia-se das demais cidades circunvizinhas exatamente por causa da sua condição de cidade histórica. A outra metade dos entrevistados, no entanto, entende que a pobreza e a falta de oportunidades econômicas é um fato que, supostamente, também está atrelado ao tombamento.

Em todos os diálogos os moradores entrevistados associam a preservação do patrimônio ao conjunto arquitetônico e paisagístico. Ainda que cientes da existência e reconhecimento do patrimônio imaterial, as falas enfatizaram sempre as questões relacionadas aos edifícios e à relevância da cidade na história oficial.

Para Ernesto Pereira dos Santos,

Na minha opinião o que prejudica Cachoeira é a política. No caso, alguns gestor, na minha opinião, que enterra a cidade. É mal conservado, deveria ter maior atenção aos prédios públicos, eu sou cachoeirano, tenho 76 anos e na minha opinião os prédios estão abandonados. Existe aí um IPAC se eu não me engano que na minha opinião prejudica os prédios, por que eles não quer que dê um jeito e aquilo acaba com a cidade. O prédio tá desativado, tem um nome que eles dá, e eles quer que quando a pessoa vá reformar faça idêntico, não tem como, a tecnologia está avançada, não vai fazer um negócio antigo. É a forma como eles exigem, ao invés de ajudar, prejudica. Pessoalmente eu não sou penalizado mas a cidade sim. Se a gente ta num mundo avançado devia ser extinto esse caráter deles ditar essa preservação.

Tanto Anderson quanto Ernesto apontam em suas falas questões que sempre entram em pauta quando se trata de preservação de áreas urbanas de valor patrimonial: o uso destes edifícios, sua manutenção e as condições para financiamento de reformas. Mesmo não possuindo influência direta sobre o território analisado, é notório o incômodo sentido por estes moradores, seja por transitarem diariamente entre ruas do centro onde se encontram os edifícios tombados – muitos

destes apresentando estado de arruinamento durante longo período de tempo, com alto valor de mercado – seja por atrelarem as dificuldades econômicas da região à preservação.

O morador entrevistado Almir Lima entende que a cidade tem sua importância histórica e cultural, considera as ações de preservação como algo importante, mas enfatiza que isso poderia ser feito de uma melhor forma, visando a geração de trabalho e renda para a população. Segundo ele,

No bairro o pessoal reforma sem reclamação. Se fosse investido seria ótimo, mas tem muita cobrança, porém não dá o retorno. Do jeito que é feito atrapalha. Tem muitas coisas importantes na cidade, mas eles apenas tomba e não aproveita, o povo quer trabalho.

Numa análise global das entrevistas realizadas neste grupo ficou claro que as reclamações acerca da ação preservacionista sobre os imóveis privados não estiveram presentes nas falas dos entrevistados, apenas um morador - Almir - falou sobre a situação contrária a esta, que consiste na ausência de um controle das reformas e construções realizadas no local, papel este a ser desempenhado pelo poder municipal. Assim, as falas dos moradores do Tororó estiveram pautadas nos problemas econômicos e escassez de empregos na região.

Além disso, como já mencionado, o grupo sempre atrela a preservação às ações voltadas ao conjunto arquitetônico, mostrando um distanciamento acerca das ações voltadas ao patrimônio imaterial local.

Como mencionado acima, as mulheres entrevistadas demonstraram uma maior resistência em emitir suas opiniões. A jovem Cristiane dos Santos afirmou concordar com a preservação, discordando apenas dos elementos selecionados para serem foco das ações preservacionistas. Questionada, porém, sobre quais elementos da cultura local ela identifica como relevante ela respondeu: " - Outras coisas" não demonstrando, no entanto, muita preocupação em especificar de quais "coisas" ela se referia.

A moradora Odete Soares, por sua vez, enfatizou a importância da preservação do patrimônio arquitetônico local, segundo ela "a cidade fica mais bonita, apesar de atrasada em algumas coisas, mas mesmo assim os prédios antigos atraem turistas e isso é bom".

A moradora Fátima dos Santos reconheceu a importância da preservação do patrimônio arquitetônico local, afirmando que isso "ajuda a cidade a ser conhecida como um lugar histórico, com uma cultura importante". No entanto, a sua avaliação sobre a preservação local foi negativa, para ela "deveria liberar para reformar tudo, evoluir, investir na educação e na saúde, criar empregos".

A moradora Rosa - que não quis revelar seu sobrenome - respondeu "Cachoeira para mim é só mais uma cidade do interior, não vejo essa coisa toda que o povo diz", questionada sobre a preservação ela disse 'tanto faz, não me afeta', demonstrando com isso indiferença e desinteresse sobre o assunto.

Para Vanessa Castro da Conceição, "a cidade é muito carente de empregos, isso deveria ser a prioridade, deveriam preocupar com os empregos. Do jeito que tá todos precisam sair". Para a jovem a preservação não tem muita importância, não gera renda e afeta a todos negativamente.

A moradora Vera do Espírito Santo, comentou que "a cidade já prestou, num passado era bem preservada, mas hoje tá muito violento, não tá prestando mais". Questionada sobre a atuação dos órgãos de preservação ela afirma: - "do jeito que tá eu sou contra, não fazem nada pra melhorar a vida das pessoas"

A moradora Ivone Ferreira dos Santos não entrou em detalhes sobre sua opinião, apenas resumiu em "sou contra essa preservação", sem, no entanto, discorrer sobre o assunto.

A moradora Elen Vitória reconheceu a importância da cidade para a história da Bahia, porém questionada sobre a preservação ela respondeu "Sou contra, não concordo com as coisas que eles preservam", sem explicar de quais "coisas" ela se referia.

Um fato interessante consistiu nas memórias daqueles moradores mais antigos, que rememoraram vivências que marcam a construção de uma memória social aparentemente a margem daquilo que eles mesmos entendem como patrimônio local. Foram mencionados lugares, comércios, pessoas, acontecimentos e opiniões sobre a passagem do tempo, dentre um universo de informações que compõem a identidade do grupo, mas que não são percebidas por eles mesmos enquanto parte relevante do universo simbólico patrimonializável.

De um modo geral, vários elementos que constituem a identidade local ali presente foram se mostrando como um grande laboratório para o trabalho museológico. São elementos que estão claros na fala dos moradores do Tororó,

marcando a formação da identidade local e que permeiam a memória social do lugar, mas que, no entanto, ficam latentes perante a ideia da existência de um patrimônio arquitetônico que marca a história oficial, e que aparentemente os atingem em termos de deficiências de desenvolvimento econômico, gerando – na perspectiva deles – uma escassez de oportunidades de empregos.

3.2 O CENTRO

Seguindo a metodologia proposta, foi estabelecido o diálogo com os moradores do centro histórico tombado. Com base no mesmo trabalho realizado com os moradores do Tororó, foi realizado contato utilizando-se dos mesmos meios: entrevistas.

O registro sobre as características locais, no caso do centro, consiste em ruas com características da arquitetura colonial, com calçamento e edifícios imponentes, em sua maioria em bom estado de conservação. No tocante aos espaços destinados à circulação de pedestres (passeios), diferentemente da localidade analisada anteriormente, as ruas do centro têm o devido uso do recuo obrigatório. Fica claro a existência de uma maior fiscalização e controle dos usos do solo urbano.

Figura 13 - Centro 1 - Rua 25 De Junho



Fotografia: Acervo Pessoal

Figura 14 – Centro 2 - Praça Da Aclamação



Fotografia: Acervo Pessoal

Figura 15 – Centro 3 - Rua 13 De Maio



Fotografia: Acervo Pessoal

Para a maioria dos moradores entrevistados (80% das opiniões – 16 respostas) a preservação da cidade enquanto núcleo urbano de valor patrimonial tem como principal característica o reconhecimento da relevância local na história da

Bahia e do Brasil, e isso é visto de forma positiva. O ponto chave de divergências é exatamente a forma como essa preservação se dá, principalmente na figura do tombamento. Mais uma vez, a dificuldade de diálogos entre os órgãos de preservação e a população em seu todo resulta em dificuldades pontuais que merecem atenção.

Com o intuito de explorar esse aspecto e reunir dados sobre a opinião deste grupo foi utilizada a abordagem qualitativa para nortear as pesquisas de campo. Num diálogo inicial foi notório o impulso a reclamações referente as restrições sobre os usos dos imóveis tombados, especialmente sobre reformas. Elza Silva, moradora da rua Rui Barbosa, iniciou o diálogo pautado numa grande insatisfação acerca desse assunto. No entanto, ao ser questionada sobre sua opinião em torno da importância da preservação do conjunto arquitetônico cachoeirano, ela admitiu sua concordância e reconhecimento da relevância da preservação. Em suas palavras:

Cachoeira é uma cidade em que corre dinheiro e tem cultura. Sobre a preservação, de um lado ela é positiva, mas por outro lado é negativa por que tira a liberdade da gente de fazer os nossos imóveis à maneira como a gente precisar. Se construir em cima, aí não pode né? Aí tira essa liberdade da gente. É bom por um lado, pelo outro já é prejudicial. Eu concordo com a preservação por que a cultura chega até aqui pra a gente, não é?

Fica claro que há a concordância com essa preservação, ainda que ciente das dificuldades causadas por ela. Outra entrevistada, Maria Lucia Sousa, moradora da Praça Barão do Rio Branco, seguiu a mesma linha de raciocínio, segundo ela:

Eu gosto muito de Cachoeira, desse perfil diferenciado, das ruas e dos prédios antigos, é diferente das demais cidades pequenas que conheço. Mas uma coisa que todas as pessoas reclamam é essa restrição em poder reformar nossa casa da forma que quisermos, isso é ruim, mas eu sei que se fosse permitido também as ruas não seriam como são, ficaria totalmente descaracterizada.

Assim, a fala de Maria Lúcia segue a mesma linha de raciocínio de Elza, consideram deste modo que a preservação, apesar de ser restritiva, compensa quando permite que a localidade seja constituída de um perfil cultural que a diferencia das demais cidades.

Dois moradores da Praça Barão do Rio Branco - Tatiane Mateó e Rodrigo Novaes - chamaram a atenção para a importância do patrimônio natural – o rio

Paraguaçu em especial. Segundo Tatiane "o que a gente tem de mais importante na cidade é a natureza, essa sim merece ser preservada". Muitos dos demais moradores do centro cachoeirano chamaram a atenção para a timidez das ações de preservação e promoção do patrimônio ambiental, vinculando a ação dos órgãos de preservação à predominância de um papel proibidor. Para Rodrigo "o 'patrimônio' deveria olhar também para o rio e as áreas verdes da cidade. Olha quantas cachoeiras tem, lugares até para trilha, abandonados e perigosos agora né? Com essa violência que tá".

A, moradora da rua Virgílio Damásio, Ayala São Luiz, entende a cidade enquanto detentora de uma identidade cultural forte e que se sobressai se comparada às cidades circunvizinhas, mas critica a preservação por parte do IPHAN entendendo que há um "desleixo por parte dos órgãos competentes por que a cidade tem muitos prédios abandonados". Ela reclama: "colocamos ladrilhos na fachada da nossa casa, mandaram tirar". Apesar de concordar com o tombamento e seus fins, reconhecendo os seus benefícios, Ayala afirma "concordo, mas tinha que ser justo e de maneira reta para todos" denunciando em sua fala a existência de algumas permissões de reforma que destoam das exigências legais, mas que por um motivo não tão claro são liberadas.

Questionada sobre quais elementos culturais ela acredita que devem ser alvo da preservação, Ayala responde com precisão: "Todo o patrimônio imaterial da cidade, documentos, arquitetura, e as questões da religiosidade, a cultura em geral, o sagrado e o profano".

Seguindo com as entrevistas, o cachoeirano Francisco Elias da Silva Neto discorre:

Eu acho importante a preservação, o que não agrada a maioria é a arrogância dos IPHAN, eles não sabem trabalhar com o povo. Chegam, impõem e pronto. Para fazer um bom trabalho com a população, com conscientização, deveria ter um contato maior, todos os dias, uma aproximação mesmo. Mas os caras só aparecem quando alguém reforma ou então quando o prédio cai. Aí fica difícil.

Questionado sobre como se sente afetado Francisco respondeu:

Diretamente não, mas tenho consciência da dificuldade que é, porém não dou importância a isso, uma coisa eu tenho certeza, eu gosto da cidade do jeito que é, dos eventos culturais, das pessoas que são atraídas por estes eventos e pela cidade em si. Se a gente comparar isso a Muritiba por exemplo, não é igual, Muritiba é só mais uma cidade do interior, com casas boas e espaçosas, mas longe de ter a

qualidade que Cachoeira tem. Não adianta, a gente reclama mas Cachoeira é diferenciada.

A fala de Francisco tem a concordância de sua mãe Maria do Socorro, que diz:

Eu não entendo muito bem sobre o patrimônio, só vejo o povo reclamar, mas que Cachoeira é diferente das outras cidades, isso é. A parte ruim é a falta de emprego, é difícil conseguir trabalhar aqui, principalmente os jovens. Mas acho que toda cidade pequena é assim mesmo.

De um modo geral a opinião popular sobre a preservação da cidade de Cachoeira se constitui como uma equação, só que sem um resultado exato. Apesar de toda contradição, os moradores de ambas as localidades demonstraram em sua maioria um olhar positivo sobre a condição de cidade preservada. As ressalvas sobre a forma como se dá essa preservação apontam quase que repetidamente para os mesmos pontos, seriam eles:

1. Restrições sobre propriedade dos imóveis
2. Atraso econômico e falta de oportunidade de trabalho
3. Críticas aos órgãos de preservação
4. O imaginário de uma preservação de bens que representam uma história oficial.

Com esse diagnóstico, e pensando numa museologia que se compromete com as pessoas - ou como diz Mário Chagas⁴³ "uma prática que está especialmente comprometida com a vida" - é possível pensar em uma abordagem museológica sobre o contexto urbano, ou, poderia se dizer, uma museologia na cidade.

3.3 A MUSEOLOGIA NA CIDADE

A proposta de intervenção social por parte da Sociomuseologia procura trabalhar, com base em estudos e ações interdisciplinares, demandas da sociedade contemporânea que envolvam a relação dos povos e o universo cultural no qual se

⁴³ Disponível em <http://br.rfi.fr/brasil/20170127-rfi-convida-mario-chagas>

inserem, englobando seu patrimônio e memória coletiva visando o desenvolvimento social.

A comunicação e o uso de diversificados métodos de estímulo a valorização das heranças culturais dos povos tem sido uma das principais formas de se obter resultados reais na prática de preservação e valorização das identidades e do patrimônio cultural. Chagas e Storino (2014, p. 74) entendem que “(...) essas cidades são, elas mesmas e em um só tempo, assim como os museus, lugares de memória e de esquecimento, de poder e de resistência”.

Assim sendo, é válido afirmar que o trabalho museológico focado nas demandas que emergem do contexto urbano permite a construção de conexões reais com as comunidades, com os grupos inseridos em sua diversidade. Por meio de um trabalho de mediação, a ação museológica no contexto urbano pode ser configurada enquanto portais de voz dos indivíduos e grupos.

O patrimônio arquitetônico aqui pensado não está dissociado de seu contexto urbano e por isso o olhar sobre esse tema evidencia a sua relação com a Sociomuseologia. Pensar no trabalho museológico no contexto urbano é falar em ecomuseus, em museus de territórios e nas inúmeras formas de se propor um olhar sobre as pessoas que compõem esses lugares.

A realidade analisada permitiu refletir sobre a importância da ação museológica na cidade, focada nas demandas locais, por meio da ação, da mediação e da efetivação dos seus objetivos. Uma ação museológica na cidade pode ser realizada em qualquer lugar, num ambiente museológico, numa praça pública, numa escola, enfim. O que se fala aqui sobre a ação museológica na cidade tem a ver com a construção de consciências, com a revelação de um patrimônio que já existe na memória das pessoas e que não está necessariamente concretizado pela arquitetura colonial preservada. Através da ação museológica na cidade é possível pensar sobre a realidade que está posta e a realidade a se impor, aquela a ser desvendada na oralidade desses grupos, suas memórias e suas representações.

Algumas experiências vêm mostrar como a museologia na cidade é possível. Tomemos como exemplo o ecomuseu da Serra de Ouro Preto, em Minas Gerais. Sua implantação e desenvolvimento abrange quatro bairros do município de Ouro Preto, localizados em áreas que estão fora do centro tombado. Segundo Fonseca:

O Ecomuseu é a parte correspondente à museologia social do projeto de criação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada, projeto gestado desde 2005 com a participação da Prefeitura de Ouro Preto, as comunidades dos bairros envolvidos, a Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz (FONSECA, 2018, p. 04).

Sobre o papel mediador deste ecomuseu Fonseca discorre:

Toma-se o Ecomuseu da Serra de Ouro Preto na função de mediador entre população local do Morro da Queimada e o patrimônio arqueológico, assim como na relação com toda a cidade monumento de Ouro Preto, tendo o desenvolvimento da memória social daquela população como ferramenta de trabalho.

Com esta finalidade, o Ecomuseu desenvolve desde 2007, projetos específicos, oficinas, encontros e ações de capacitação e mobilização comunitária nos bairros abrangidos pelo Parque, e, como museu de território, não possui sede física, um acervo armazenado ou exposto em determinado espaço, mas trabalha com acervos que são identificados e guardados pela própria população local. (FONSECA, 2018. p. 05).

Os museus de território traduzem uma infinidade de possibilidades de ressignificações e redefinições sobre uma dada realidade. As inúmeras experiências museológicas no âmbito dessa realidade têm se mostrado um caminho possível de fortalecimento das representações dos povos, de territórios, de suas especificidades e desafios que se impõem durante todo esse processo de fortalecimento identitário, inserido no tempo e no espaço.

Diante dessa realidade Fonseca propõe os seguintes questionamentos:

1. "Quais os potenciais de um Museu comunitário na reconstrução e ressignificação da memória social de uma comunidade periférica ao patrimônio cultural centralizado de uma cidade monumento?"
2. "Quais as limitações e efeitos das lógicas da Museologia Social e do Patrimônio Cultural nestas comunidades?"

Durante as entrevistas realizadas no bairro Tororó foram constantes as falas que lidavam com a condição de cidade preservada enquanto um fato alheio, que depende de uma força política, a qual determina uma preservação que supostamente gera o atraso econômico. A principal característica apresentada pelo grupo é a de sujeitos passivos, assim como aquele tradicional perfil do visitante de museu, contemplativo, muitas vezes em silêncio.

Os moradores do centro, por sua vez, se mostraram mais inseridos, porém também supostamente mais incomodados com o perfil pouco dialogável com que a política de preservação se impõe. Esse incômodo reafirma a necessidade de ação, com caráter de urgência.

Diante da realidade analisada é possível defender a importância do trabalho museológico aliado à política de preservação das cidades históricas, comprometido em utilizar-se das ferramentas contemporâneas de atuação, que consideram os sujeitos enquanto elemento ativo e dinâmico no processo de preservação e comunicação de seu patrimônio. Se é obvio que este último é sempre fruto de uma seleção, considerando que nem tudo é preservável, é também notório que há vozes que precisam ser ouvidas. Assim como a Museologia se propôs a reestruturar seus mecanismos de ação, passando a lidar com o público através de um trabalho mais estruturado com suas necessidades, apresentando objetivos mais concretos e ações mais dinâmicas, sempre em movimento, é possível trilhar caminhos similares em prol das cidades históricas, entendendo-as enquanto territórios musealizáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os núcleos urbanos de valor patrimonial uma vez vistos como musealizáveis direcionam a diversos questionamentos sobre as possibilidades de ação. A primeira delas, e de fundamental relevância no trabalho museológico em geral, consiste na aproximação aos moradores. Entender esses lugares é mais do que conhecer a cultura preservada, é também compreender o que pensa o homem comum, as pessoas que ali vivem no dia a dia, como elas lidam com a preservação e quais memórias elas querem preservar.

É preciso, muitas vezes, aproximar essas pessoas de si mesmas, despertando seus olhares para um universo simbólico próprio, que compõe o cenário urbano juntamente a aquele produzido em outros tempos, e que a ele faz referência, assimilando que o patrimônio de um povo não é algo homogêneo, unificado e tampouco acabado. Pessoas compartilham de um mesmo território muitas vezes com práticas e cotidianos tão diversos como se ocupassem mundos diferentes. É a

tradução desses ‘mundos’ que a museologia se propõe a fazer, e por isso tem na interdisciplinaridade o caminho gerador de um entendimento mais amplo.

Assim, pensar museologicamente essas cidades é assumir o papel social da Museologia, é contribuir com a preservação em prol da sociedade local, é a busca pela criação de elos entre os bens culturais e seus autores no intuito de promover a valorização das identidades.

O contexto que envolve a preservação em núcleos urbanos abarca uma considerável complexidade. Sabe-se que existem forças pluridimensionais sobre o universo patrimonial, influências de interesses políticos, especulações do setor imobiliário, dentre outros detalhes que permeiam esse campo. Ainda assim, é preciso uma maior e melhor aproximação ao social, a fim de atender suas demandas de modo continuado. Conhecer, pensar suas questões, interpretar, reinterpretar, comunicar e enfim ter ciência de que a preservação das cidades históricas sempre estará em processo.

Longe de apresentar aqui soluções imediatas para os pontos de divergência, a realidade analisada apontou para a necessidade de instrumentos de comunicação da memória social, espaços de diálogos (não necessariamente o espaço físico), ações educativas norteadas por uma abordagem sobre as memórias, sobre a imaterialidade existente no cenário urbano da cidade histórica.

As abordagens sobre as cidades históricas, no campo da Museologia, demanda mais discussões e aprofundamentos. No entanto, a Sociomuseologia, enquanto área disciplinar da Museologia é, sem dúvidas, uma via de operação propícia a experiências mais plenas na vivência da cidade preservada, abrangendo métodos de ação em comunidades e territórios, tendo como compromisso o desenvolvimento social através da cultura.

Essa Museologia no espaço urbano deve primeiramente identificar em qual tipologia de cidade se situa – grandes metrópoles, cidades pequenas, centros históricos – e a partir dessa identificação estabelecer métodos de compreensão sobre seus habitantes. Efetivando um processo continuado, participativo e detentor de objetivos compreensíveis a todos, visando a inclusão, o diálogo e o debate.

Por fim, defende-se aqui a Museologia na cidade enquanto processo. Para tanto, estima-se que novos desdobramentos continuem a ser executados, outros movimentos no ato de pensar a cidade histórica, ancorados no conhecimento e na

ação interdisciplinar, a fim de construir uma melhor comunicação acerca da preservação do patrimônio cultural, da memória social e das identidades.

REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. Tradução de Pier Luigi Cara. São Paulo. Editora Martins Fontes, 2005.

BAHIA, José Péricles Diniz. **O Jornalismo Regional Como Elemento Formador De Identidade No Recôncavo Baiano**. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

BARBUY, Heloisa. A conformação dos ecomuseus: elementos, para compreensão e análise. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Ser. v.3 p.209.236 jan./dez. 1995. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v3n1/a19v3n1.pdf> > Acesso em: 28 Jul 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **A Cultura no Mundo Líquido Moderno**. Tradução: MEDEIROS, Carlos Alberto. Editora ZAHAR, 2013.

BENJAMIN, Walter. **Rua de Mão Única - Infância berlinense: 1900**. Tradução: João Barrento. Editora Autêntica 2013

BENÉVOLO, Leonardo. **A cidade e o Arquiteto**. Tradução de Atilio Cancian, São Paulo, Perspectiva, 1984.

BRASIL. Decreto Nº 68.045, de 13 de Janeiro de 1971. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68045-13-janeiro-1971-409924-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL. Decreto Lei nº 25, 30 de Novembro de 1937. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_d_e_1937.pdf.

BRASIL. Decreto Nº 22.928 de 12 de Julho de 1933. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22928-12-julho-1933-558869-publicacaooriginal-80541-pe.html>.

CAMINHOS DO RECÔNCAVO: Proposição de Novos Roteiros Históricos Culturais para o Recôncavo Baiano/ Coordenadores do projeto, Lúcia Maria Aquino de Queirós e Regina Celeste de Almeida Souza: 2009.

CANDIDO, Manuelina Maria Duarte. Introdução. Cadernos de Sociomuseologia, [S.l.], v. 20, n. 20, junho 2009. ISSN 1646-3714. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/373>>. Acesso em: 18 Julho 2018.

CARTA DE VENEZA. II Congresso de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos. ICOMOS – Maio de 1964.

CHAGAS, Mario de S. **Imaginação Museal: Museu, Memória e Poder** em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPCIS da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Rio de Janeiro, Dez, 2003. Disponível em < <https://pt.scribd.com/document/50087891/Imaginacao-Museal-Museu-Memoria-e-Poder-em-Gustavo-Barroso-Gilberto-Freyre-e-Darcy-Ribeiro-CHAGAS-Mario#scribd> > Acesso em 22 de março de 2019.

CHAGAS, Mário; GOUVEIA, Inês. **Museologia Social: Reflexões e práticas** (à guisa de apresentação). Cadernos do CEOM/ Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. Ano 27, n 41, dez 2014. Disponível em < <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2592/1523> > Acesso em 23 de Maio de 2019.

CHAGAS, Mário; STORINO, Claudia. **Museu, Patrimônio e Cidade: camadas de sentido** em Paraty. Cadernos de Sociomuseologia - 3-2014 (vol 47). Disponível em < <file:///C:/Users/cce/Downloads/4532-1-14982-1-10-20140625.pdf> > Acesso em 21 de Julho 2019.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano V. Machado. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

CERÁVOLO, Suely M. Delineamentos para uma teoria da Museologia. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo. V.12. p. 237-268 Jan/Dez 2004 Disponível em < <http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5409/6939> > Acesso em 19 de Agosto de 2018.

COMPROMISSO DE BRASÍLIA. 1º Encontro de Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais. 1970. Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf> > . Acesso em 13 de Outubro de 2018.

DECLARAÇÃO DE QUEBEC, Princípios De Base De Uma Nova Museologia. México, 1984. Disponível em < <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/342> > Acesso em 23 de Novembro de 2018.

DODEBEI, Vera e STORINO, Claudia M. P. As cidades e o patrimônio cultural. *In Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas* / Regina Abreu, Mário de Souza Chagas, Myrian Sepúlveda dos Santos (Orgs.) – Rio de Janeiro, Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007.

FLEXOR, Maria Helena O. **O conjunto do Carmo de Cachoeira**. Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil** / Maria Cecília Londres Fonseca. 2 ed., Rio de Janeiro. Editora UFRJ: MinC – IPHAN, 2009.

FONSECA, Rodolfo Nazareth Junqueira. **Museus Comunitários como forma de reconstrução da memória social**: um estudo preliminar a partir do Ecomuseu da Serra do Ouro Preto - MG. Universidade de Brasília. 31ª Reunião Brasileira de Antropologia. Dezembro de 2018.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Tradução Daniel Miranda e William Oliveira. Editora PUC Rio, Rio de Janeiro, 2016.

IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Suplemento de Cultura – 2014.

JURT, Joseph. **O Brasil**: Um Estado-Nação a ser construído. O papel dos símbolos nacionais, do Império à República. MANA: Estudos de Antropologia Social. Mana vol.18 nº3 471-509 Rio de Janeiro Dez/ 2012. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/mana/v18n3/a03v18n3.pdf> > Acesso em 12 de Janeiro de 2018.

LEMOS. Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. 4ª edição Ed. Brasiliense. 1985.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 3ª Ed. 2011.

MARQUES, Francisca. **Educação Comunitária como Prática de Etnomusicologia Aplicada**: Reflexões sobre uma Experiência no Recôncavo Baiano. Rev. USP n.78 São Paulo jun./ago. 2008. Disponível em < <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13684> > Acesso em 30 de Setembro de 2018.

MELLO, Francisco José. **História da Cidade da Cachoeira**. Editora Radami. 2001.

MENSCH, Peter Van. **O objeto de estudo da museologia**. Tradução de Débora Bolsanello e Vânia Dolores Estevam de Oliveira. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994.

MESSENTIER, Leonardo Marques de. **A Natureza Política do Patrimônio Cultural**. Disponível em: < <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2012/09/Leonardo-Marques-Mesentier.pdf> > Acesso em setembro de 2018.

MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE ICOM, 1972. Disponível em: < <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/museologia/3-1972-icom-mesa-redonda-de-santiago-do-chile.html> > Acesso em 15 de Maio de 2009.

MOUTINHO, Mário. **A declaração do Quebec de 1984**. In: A memória do pensamento museológico contemporâneo (Documentos e Depoimentos) org. Marcelo Araujo & Cristina Bruno, Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

MOUTINHO, Mário. **Definição Evolutiva de Sociomuseologia**: Proposta de reflexão. Cadernos do CEOM/ Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. Ano 27, n 41, dez 2014.

NASCIMENTO, Rosana. **O objeto museal como objeto de conhecimento**. Cadernos de Museologia. n 3 – 1994.

PEIXOTO, Paulo. Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades. *In*: COLÓQUIO A CIDADE ENTRE PROJECTOS E POLÍTICAS. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 30 de Junho de 2003.

PMC/SMC – PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. Plano Municipal de Cultura de Cachoeira – 2014.

POSSAMAI, Zita. Metáforas visuais da cidade. **Revista Urbana**, ano 2, nº 2, 2007, Urbana, ano 2, nº 2, 2007, Dossiê: Cidade, Imagem, História e Interdisciplinaridade. CIEC/UNICAMP. Disponível em: <
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635242> >
 Acesso em 24 de maio de 2018.

RAMOS, Jorginho. Tambor Soledade na Capa da Revista de História. Blog Vapor de Cachoeira, 2009.

RODRIGUES, Maria da Paz de Jesus. Políticas culturais no município de Cachoeira-Ba: Avanços e desarticulações. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil. V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura 27 a 29 de maio de 2009.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. Tradução Eduardo Brandão. Editora Martins Fontes 2º edição 2001.

SANT'ANNA, Marcia. **A Cidade-Atração**: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990. Salvador EDUFBA-PPG-AU FAU/UFBA, 2017.

SANTOS, Maria Célia Moura. **Sociomuseologia**: Uma reflexão sobre a relação museus e sociedade, Expressa Extensão, 2014. p. 43-53.

SANTOS, Maria Célia Moura. Abordagem Museológica do Contexto **Urbano**. Cadernos de Museologia N°05, 1996, p. 3557.

SERPA, Angelo. **A Cidade como Fenômeno Cultural**: apontamentos para uma abordagem geográfica. *In*: Políticas Culturais para as Cidades. Coleção Cult. Antonio A. C. Rubim e Renata Rocha (Orgs.), Salvador, EDUFBA, 2010.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades**. 1º ed. 1º Reimp. - Belo Horizonte. Autêntica, 2001.

SOUZA, Antônio Loureiro de. **Notícia Histórica da Cachoeira**. Estudos Baianos. Universidade Federal da Bahia nº 5, 1972.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. *In*: Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais. SILVA, Tomaz T.; Hall. Stuart e WOODWARD, Kathryn (Orgs.). Tradução SILVA, Tomaz T. Editora Vozes, Petropolis, RJ 2014.

VARINE, Hugues de. **O Museu Comunitário como Processo Continuado.**
Cadernos do CEOM - Ano 27, n. 41 - Museologia Social 2014

JORNAIS E REVISTAS

Jornal “A Cachoeira”, de 05 de Julho de 1972

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

<http://redemuseusmemoriaemovimentossociais.blogspot.com>

www.ibbge.gov.br

<https://www.bahiadevalor.com.br>

<https://atarde.uol.com.br/>

<http://vapordecachoeira.blogspot.com.br/>

<http://brasilianafotografica.bn.br/>

<http://revistas.ulusofona.pt>

<http://culturadigital.br>

<http://www.ipac.ba.gov.br/>

<http://portal.iphan.gov.br/>

<http://cachoeira.ba.gov.br/>

<https://www2.camara.leg.br>

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA

Programa De Pós-Graduação *Stricto Sensu* Em Museologia

Linha 1: Museologia e Desenvolvimento Social

Prof.º Dr.º Mario de Souza Chagas (Orientador)

Gislaine Barbosa Calumbi da Silva

A CIDADE HISTÓRICA: UMA ABORDAGEM SOCIOMUSEOLÓGICA SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO EM CACHOEIRA BA

Roteiro de entrevistas

Nome: _____

Endereço: _____

1. Enquanto cidade histórica, como você avalia a cidade de Cachoeira?

Discorra: _____

2. Você avalia a preservação do patrimônio cultural de Cachoeira de forma

- a) Positiva
- b) Negativa
- c) Indiferente

Discorra: _____

3. Você se sente, enquanto cidadão, afetado pelo tombamento de Cachoeira?

- a) Sim, totalmente
- b) Um pouco

c) Não me sinto afetado

Discorra: _____

4. Você concorda com o tombamento/preservação da cidade

a) Sim, trás muito benefícios

b) Não, sou contra

c) Indiferente

Discorra:

5. Você concorda com os elementos selecionados para a preservação?

a) Sim

b) Não

c) Indiferente

Discorra:

ANEXOS

DECRETO Nº 68.045, DE 13 DE JANEIRO DE 1971

Converte em Monumento Nacional a cidade baiana de Cachoeira e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, tendo em vista o disposto no artigo 180, ambos da Constituição, e CONSIDERANDO a necessidade urgente de ser assegurada proteção especial ao acervo arquitetônico e natural da tricentenária cidade de Cachoeira, no Estado da Bahia;

CONSIDERANDO, outrossim, que nessa salvaguarda atende às tradições cívicas da Cidade, capital da província durante as lutas pela Independência da Pátria, ali iniciadas a 25 de junho de 1822, e que culminaram a 2 de julho de 1823, com a entrada triunfante do Exército Patriótico Libertador na Bahia,

DECRETA:

Art. 1º. Fica erigida em Monumento Nacional a cidade de Cachoeira, Estado da Bahia, cuja área urbana, sítio da antiga Vila de Nossa Senhora do Rosário, e lugares históricos adjacentes serão inscritos nos Livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 2º. Na área do Monumento Nacional de Cachoeira aplicar-se-á regime especial de proteção, nos termos do Tombamento determinado no artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º. O Ministério da Educação e Cultura, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, promoverá, com o concurso dos órgãos competentes e Fundações do Estado da Bahia e do Município interessado, a adoção do plano urbanístico adequado à preservação do acervo arquitetônico e natural dos sítios históricos de Cachoeira, quanto ao desenvolvimento e à valorização da cidade e territórios adjacentes.

Parágrafo único. Para atender às necessidades prementes do planejamento e execução dos serviços de conservação das edificações e logradouros integrantes do Bairro Histórico e, bem assim, do estabelecimento e urbanização dos bairros novos e estâncias diversas de Cachoeira, como também para orientação e assistência aos empreendimentos privados na área da cidade, poderá ser instituída uma Fundação ou organizada uma Sociedade Civil com personalidade jurídica.

Art. 4º. Os Ministérios do Planejamento e Coordenação Geral, do Interior, das Minas e Energia e dos Transportes, na esfera de suas atribuições, orientarão a elaboração dos projetos visando ao desenvolvimento e à valorização da cidade e do município, prestando-lhes o concurso e a assistência a que fizerem jus.

Art. 5º. O Ministério da Indústria e do Comércio, pelo Conselho Nacional de

Turismo e pela EMBRATUR, elaborará, em colaboração com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e os órgãos competentes do Estado e do Município, um plano adequado para incrementar o turismo, em benefício do Monumento Nacional de Cachoeira.

Art. 6º. O Ministério da Educação e Cultura, pelo Conselho Federal de Cultura, incluirá no Programa Nacional de Cultura as medidas complementares de assistência e incentivo decorrentes da salvaguarda, valorização e difusão dos bens contidos no núcleo histórico de Cachoeira.

Art. 7º. Nas propostas orçamentárias para os futuros exercícios, serão incluídas, de acordo com os critérios adotados no planejamento das despesas da administração federal, as dotações que devam atender ao custeio das medidas indicadas neste Decreto, inclusive com as obras de restauração previstas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 8º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de janeiro de 1971; 150º da Independência e 83º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI
Mário David Andreazza
Jarbas G. Passarinho
Marcus Vinícius Pratini de Moraes
Antônio Dias Leite Júnior
João Paulo dos Reis Velloso
José Costa Cavalcanti

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 13/01/1971

Publicação:

Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/1/1971, Página 259 (Publicação Original)

Coleção de Leis do Brasil - 1971, Página 12 Vol. 2 (Publicação Original)

LEI Nº 10.695 DE 24 DE SETEMBRO DE 2007

Autoriza o Poder Executivo a transferir, temporariamente, a sede do Governo, na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, temporariamente, a sede do Governo, para a Cidade de Cachoeira, no dia 25 de junho, em homenagem à resistência histórica do povo cachoeirano, na luta pela independência brasileira.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 24 de setembro de 2007.

JAQUES WAGNER

Governador

Eva Maria Cella Dal Chiavon
Secretária da Casa Civil

